

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
GRADUAÇÃO ARQUITETURA E URBANISMO

FABIANA DONATTI

RE - ARQUITETURA
DO CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA, ARTE E LAZER
LUPICÍNIO RODRIGUES
E REVITALIZAÇÃO URBANA DO ENTORNO

Porto Alegre
2018

FABIANA DONATTI

RE - ARQUITETURA
DO CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA, ARTE E LAZER
LUPICÍNIO RODRIGUES
E REVITALIZAÇÃO URBANA DO ENTORNO

Projeto de pesquisa apresentado para a graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, como requisito básico na obtenção do título de Arquiteta e Urbanista da Faculdade São Francisco de Assis - Porto Alegre/ RS.

Orientador: Prof. Arq. e Urbanista e Eng. Civil Cosme de Assis da Silva

Porto Alegre

2018

RESUMO

Este trabalho pretende definir uma proposta de intervenção arquitetônica na edificação do atual Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues ampliando e ressignificando a edificação existente e inserindo no uso deste espaço, a população afrodescendente remanescente da antiga Ilhota, com o objetivo de promover a sustentabilidade social desta população outrora excluída. A Ilhota foi um território afrorreferencial que existiu, durante aproximadamente 80 anos, em uma porção de terra rodeada pelas águas dos Arroios Cascatinha e Dilúvio, entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, na cidade de Porto Alegre. Este território abrigou parte da população negra liberta do sistema escravagista, assim como seus descendentes, que não possuíam terras para construção de suas moradias. Território marcado pela história e cultura negra e refém de um crescimento urbano desordenado e de um ambiente com grande vulnerabilidade social. A construção do Centro Municipal de Cultura, que fazia parte do projeto urbanístico chamado Renascença, foi possível com a remoção forçosa e parcial da Ilhota para a periferia da cidade, formando o atual Bairro Restinga, um dos maiores da Capital. Será proposta intervenção urbana na perspectiva de qualificar e humanizar as áreas abertas da Av. Ipiranga esquina Av. Érico Veríssimo e revitalizar as fachadas das habitações da comunidade (com frente à Av. Ipiranga), conectando estas áreas transformando-as em um território com identidade histórico-cultural promovendo o uso do espaço público que é de todos.

Palavras-chave: Identidade histórico-cultural. Sustentabilidade social. Qualificação e humanização.

ABSTRACT

his work intends to define a proposal for an architectural intervention in the construction of the current Municipal Center of Culture, Art and Lupicínio Rodrigues Linguistics, enlarging and redefining the existing building and inserting in the use of this space, the Afrodescendant population reminiscent of the old Islet, with the objective of promoting social sustainability of this previously excluded population. Ilhota was an afro-referential territory that existed for approximately 80 years in a portion of land surrounded by the waters of Cascatinha and Dilúvio Rivers, between the Baixa Cidade Baixa and Menino Deus, in the city of Porto Alegre. This territory sheltered part of the black population freed from the slavery system, as well as their descendants, who did not own lands for the construction of their houses. Territory marked by black history and culture and hostage of disordered urban growth and an environment with great social vulnerability. The construction of the Municipal Center of Culture, which was part of the urban project called Renaissance, was possible with the forced and partial removal of the Islet to the periphery of the city, forming the current neighborhood Restinga, one of the largest in the Capital. Urban intervention will be proposed in order to qualify and humanize the open areas of Av. Ipiranga Av. Érico Veríssimo and revitalize the façades of the community dwellings (in front of Av. Ipiranga), connecting these areas transforming them into a territory with identity historical-cultural context promoting the use of the public space that belongs to everyone.

Keywords: Historical-cultural identity. Social sustainability. Qualification and humanization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA – CONTEXTO HISTÓRICO	
2.1 Gentrificação e segregação racial.....	12
2.2 A influência da população negra no desenvolvimento urbanístico de Porto Alegre.....	15
2.3 Os territórios negros de Porto Alegre.....	17
2.4 Ilhota – um território afroreferencial.....	19
2.5 Políticas públicas urbanas em Porto Alegre.....	26
2.5.1 Projeto Renascença – ações específicas para a Ilhota.....	27
3 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
3.1 Breve histórico sobre a população-alvo.....	32
3.2 Caracterização das três comunidades/população-alvo.....	34
3.3 Análise da população-alvo para matriz FOFA.....	38
3.4 Definição das áreas para as intervenções propostas e visuais das áreas de intervenção.....	34
4 ASPECTOS GERAIS DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
4.1 Caracterização física do Município e localização da área.....	40
4.2 Micro-clima: orientação solar, ventos, vegetação e poluição.....	41
4.3 Mobilidade e conexões entre as áreas de intervenção.....	43
4.4 Levantamento plano-altimétrico.....	45
5 ASPECTOS ESPECÍFICOS DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
5.1 Intervenção 1: Edificação do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues.....	46
5.1.1 Localização da área de intervenção 1.....	46
5.1.2 Planilha de áreas da edificação.....	46
5.1.3 Espaços que compõem o Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer.....	46
5.1.3 Estudo de usos dos espaços.....	48
5.1.4 Análise da edificação para matriz FOFA.....	49
5.2 Intervenção 2 - áreas abertas.....	50
5.2.1 Localização da area de intervenção 2.....	50
5.2.2 Análise das áreas abertas para matriz FOFA.....	50
5.3 Intervenção 3 - fachadas das habitações da comunidade	

Renascença I – futuro quilombo Território Ilhota (frente à Av. Ipiranga).....	52
5.3.1 Localização da área de intervenção 3.....	52
5.3.2 Análise das fachadas das habitações para matriz FOFA.....	52
6 DEFINIÇÃO DA PROPOSTA	
6.1 Compilação dos dados levantados nas análises da população-alvo e das áreas de intervenção: Matriz FOFA.....	53
6.2 Proposta (a partir da matriz FOFA).....	53
6.3 Relação entre aspectos abordados e respectivas soluções para as três intervenções propostas.....	54
7. ASPECTOS LEGAIS	
7.1 Índices urbanísticos.....	56
7.2 Normas complementares.....	59
8 ASPECTOS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	
8.1 Autorização para intervenção em área pública.....	60
8.2 Forma de implementação do projeto.....	60
8.3 Descrição dos componentes de investimento e fontes de recursos para projetos urbanísticos.....	61
9 REPERTÓRIO.....	62
9.1 Arquitetura Fractal.....	62
9.2 Materiais da Arquitetura Africana.....	64
9.3 Composição arquitetônica para espaços expositivos.....	64
9.4 Referenciais de materiais e soluções projetuais.....	64
10. ESTUDOS DE CASO	
10.1 Vila Itororó.....	70
10.2 Teatro Jean Claude Carrière.....	73
10.3 Museu Afro Brasil – Parque Ibirapuera.....	78
11. DEFINIÇÕES DO PROGRAMA	
11.1 Definição prévia da área de abrangência da intervenção na edificação do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues.....	78
11.2 Análise do grau de interferência da intervenção na edificação existente..	79
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE A - Práticas da ONG comunitária.....	82
APÊNDICE B - Diretrizes públicas direcionadas à cultura afrodescendente.....	84
APÊNDICE C - Escola de Arte Atelier Livre.....	85

APÊNDICE D - Plano de ação para recuperação do Arroio Dilúvio.....	86
APÊNDICE E - Programas municipais de adoção de praças e verdes complementares.....	88
ANEXO 1 - Museu do Percorso do Negro.....	89

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda a realidade da População que fora gentrificada para a implantação do Projeto de Urbanização Renascença (1978) e a construção do Centro Municipal de Cultura, que em 1986 passara a se chamar Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues.

A Ilhota era uma porção de terra rodeada pelas águas dos Arroio Cascatinha e Dilúvio (antes de sua canalização), entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus. Ali se instalou a população que saíra de uma condição de escravidão e encontrara na Ilhota a possibilidade de ter um local para solucionar a questão habitacional. Ao ocupar aquela área durante o crescimento da cidade se constitui como um território com identidade da população e cultura negra – berço do samba, do carnaval, de religiosidade africana, da Liga da Canela Preta e expoentes como o futebolista Tesourinha e o compositor Lupicínio Rodrigues. Este território que – ao longo dos anos resulta de um crescimento desordenado e caracteriza-se pela vulnerabilidade social – teve sua população removida forçosa e parcialmente para a periferia da cidade, com a intervenção do Poder Público formando o atual Bairro Restinga, tornou-se um dos maiores da Capital.

Atualmente, no sítio urbano onde se encontra também o Centro Municipal de Cultura – construído sobre a antiga Ilhota – convivem três comunidades que são, em sua maioria, descendentes dos antigos moradores, resistentes ao processo de gentrificação e que ocupam e usam, legalmente, a área de propriedade do município. Destas três comunidades, a Vila Renascença I – que está em processo de reconhecimento como Quilombo Comunidade Território Ilhota – possui um forte protagonismo social, predominantemente feminino, que realiza os processos da organização comunitária desde os idos de 1990. Em 2003 fundaram uma Ong que tem como missão:

Nós sonhamos por uma cidade mais sustentável onde as relações urbanas possam ser mais justas e solidárias para todos (as). Somos articuladores das lutas sociais humanitárias. Pretendemos resgatar os territórios urbanos afrodescendentes; educar para a cultura, a arte e gerar trabalho e renda. Realizar ações de sustentabilidade para o acesso ao direito à CIDADE; promover ações de prevenção em saúde social; incentivar o fomento da cultura histórica e memória urbana; lutar pelo acesso à terra e habitação de interesse social; humanizar as relações de poder e fomentar auto estima, resiliência e protagonismo social priorizando o cuidado de si e do coletivo.

No entanto, a Ong não possui sede própria para realizar as oficinas, reuniões e atividades direcionadas à sustentabilidade social.

Jan Gehl (2010), sabiamente, cita em seu livro Cidade para Pessoas:

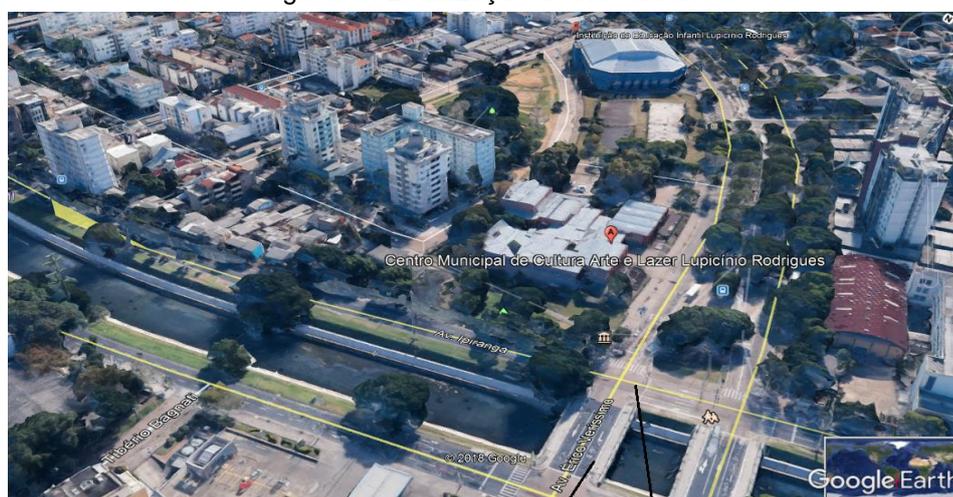
[...] O espaço público da cidade democraticamente gerido garante acesso e oportunidades de expressão de todos os grupos da sociedade e liberdade para atividades alternativas.[...]

[...]A gama de atividades e atores demonstra as oportunidades do espaço público de reforçar a sustentabilidade social.[...] (GEHL, 2010, p.58)

Objetivo Geral

Pretende-se, desta forma, ampliar e diversificar a população-alvo da edificação do Centro Municipal de Cultura, atendendo também a comunidade local que ainda se encontra na condição de vulnerabilidade social. A edificação do Centro Municipal de Cultura e o sítio urbano onde está inserido possuem peculiaridades e carências que serão abordadas neste estudo e que justificam nossa intervenção.

Figuras 1: Localização do sítio urbano



Av. Érico Veríssimo

Av. Ipiranga

Fonte: Google Earth

A proposta de intervenção de caráter urbano e arquitetônico será norteadas pelos seguintes eixos:

Figura 2: Eixos norteadores



Fonte: Elaborado pela autora

Objetivos Específicos:

A proposta será abordada de duas formas:

- ❖ Re-arquitetura
- ❖ Revitalização Urbana

Serão **três áreas de intervenção**, conforme imagem abaixo:

Figuras 3: Áreas de intervenção das propostas



Fonte: Google Earth compilação elaborada pela autora

❖ Re-arquitetura

Conceito segundo FROTA (2004):

Re-arquitetura trata do papel do projeto ante os espaços da memória, [...] entendendo a construção da cidade moderna enquanto enfrentamento contemporâneo consciente de suas preexistências. Atua num espaço amplo, que vai do objeto ao espaço urbano. O projeto como mecanismo de intervenção, que pode, e deve, ser ao mesmo tempo restaurador e reabilitador do lugar contemporâneo [...] (FROTA, 2004, p.114)

INTERVENÇÃO 1 **A Re-arquitetura compreenderá na ampliação e ressignificação da edificação do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues**

- ampliação da edificação para implantar nas suas dependências um centro sociocultural destinado à sustentabilidade social da comunidade local bem como demais espaços que fomentem a cultura popular, a arte, o lazer e a interação social entre todas as camadas da população dando o devido uso a o espaço público que é de todos.
- ressignificação da edificação utilizando repertório de materiais que remeta à Cultura e Mitologias Africanas fazendo da nova edificação um marco visual na paisagem urbana que ‘convide’ o espectador para seu interior.

❖ Revitalização Urbana

Conceito segundo Vargas & Castilho (2015):

O conceito de revitalização urbana segue por meio de três vertentes importantes: projetos arquitetônicos para novos empreendimentos ou reformulações de prédios antigos e a criação de espaços para a recreação popular; o envolvimento da população para as questões de políticas públicas, concedendo uma voz ativa para todos que utilizam das zonas urbanas promovendo a parceria do setor privado e público para o crescimento sustentável da cidade. É sob essas três perspectivas que é possível concluir que a revitalização urbana não aparece somente como intervenções em formas de projetos para a pólis e que o “revitalizar” de uma

região culminam um processo de reconstrução e transformação do convívio da população em relação à cidade.¹

A revitalização urbana proposta compreenderá as seguintes intervenções:

INTERVENÇÃO 2 **Qualificação e humanização das áreas abertas (esquina Av. Ipiranga e Av. Érico Veríssimo)**, compreendidas pelo canteiro central/margem do Arroio Dilúvio e pela Praça Augusto César Sandino, com o aproveitamento dos programas municipais “Adoção de Verdes Complementares” e “Adote uma Praça”.

INTERVENÇÃO 3 **Diretrizes para revitalização das fachadas da Comunidade Vila Renascença I com frente à Av. Ipiranga (futuro Quilombo Comunidade Território Ilhota)** - a primeira das três comunidades do entorno a ocuparem a área e que mais carece de intervenção.

Conectando visualmente estas três áreas de intervenção a paisagem urbana será transformada em **território histórico-cultural**, inserindo a proposta no Museu do Percurso Negro, vide **ANEXO 1**.

Metodologia

O projeto será desenvolvido abrangendo diversas escalas, com o objetivo de ilustrar o domínio e a clareza das soluções adotadas nas áreas edificadas e abertas, demonstrando as relações projetuais com o entorno e a população-alvo.

O estudo será realizado, basicamente, através de:

1) Pesquisa Exploratória (com relação ao objeto de análise)

- levantamento de dados históricos;
- inserção na Ong comunitária;
- obtenção de dados junto ao Demhab e outros órgãos da Prefeitura Municipal,
- entrevistas;
- visitas aos locais de intervenção.

¹ Disponível em: <<http://projetobatente.com.br/renovacao-revitalizacao-ou-requalificacao-urbana/>> Acesso em: 02 nov. 2018.

2) Revisão de Literatura

- busca de bibliografia de apoio;
- pesquisa na internet;
- pesquisa de legislação vigente sobre a área escolhida.

3) Estudos de Caso

- busca de referenciais de obras de cunho: urbanístico, arquitetônico e paisagístico;
- busca de referenciais de materiais e técnicas construtivas, bem como da Arte e Arquitetura Africanas.

O roteiro de apresentação do estudo:

- Explicação do contexto histórico;
- Caracterização da população-alvo e escolha das áreas de intervenção;
- Explicação dos aspectos gerais e os aspectos específicos das áreas de intervenção;
- Compilação dos dados levantados - Matriz FOFA;
- Relação entre aspectos abordados e respectivas soluções para as três intervenções proposta;
- Explicação dos aspectos legais e forma de implementação do projeto;
- Repertório formal e projetual;
- Definição do programa.

2 ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA – CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 Gentrificação e segregação racial

Gentrificação (do inglês *Gentrification*) é um termo muito utilizado nos últimos tempos associando a alteração da dinâmica de um espaço urbano ao longo de um período de tempo.

O tema é controverso no sentido de que, além de abordagens sociais, alguns pesquisadores confundem gentrificação com revitalização urbana.

Conforme o CoUrb - Instituto de Urbanismo Colaborativo², resumidamente, na revitalização urbana há interesse público em qualificar um espaço urbano em prol da comunidade moradora de um determinado local, não importando qual seja a sua localização, a ação é em prol da cidade. Já na gentrificação o processo ocorre, normalmente, em áreas centrais, históricas ou com potencial turístico. Neste caso há interesse do setor privado para expansão e/ou especulação imobiliária. Este aspecto acaba gerando uma nova qualidade de vida aos moradores mas com alto custo, com o aumento dos alugueis por exemplo. Estes antigos moradores que possuem baixa renda e já não podem pagar por esta nova condição de bem viver, acabam indo morar em áreas periféricas gerando o fenômeno da gentrificação, onde saem os moradores de baixa renda para entrar quem pode pagar mais, normalmente, a classe média.

Várias são as teses de quem tratou deste tema primeiramente. Mas em análise de cunho urbano e social, a união dos dois aspectos nos remete à visão de Marx, o qual destacava em seu livro “O Capital”, de 1867, que o desenvolvimento do capital só fora possível pela transformação urbana que as cidades sofreram, gradualmente, para se adaptar ao novo cenário econômico neste período de transição do processo de produção manufaturado para a industrialização. Cabe transcrever uma de suas citações:

A melhoria das cidades, acompanhando o crescimento da riqueza, através da demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes depósitos, etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial, para luxuosas carruagens e para a introdução dos bondes, etc., erradicam os pobres para lugares escondidos ainda piores e mais densamente ocupados. (FURTADO apud MARX, 1867, v. 1, p. 657)

Foi Ruth Glass³, socióloga britânica, que em 1964, em postura crítica ao modelo adotado para a revitalização urbana das áreas centrais de Londres (iniciado nos idos de 1950), nominou o vocábulo ‘gentrificação’, fazendo referência a Gentry⁴,

² Conforme site do Courb: O Instituto COURB é uma organização multidisciplinar que nasceu em 2015, quando profissionais que estudavam fora do Brasil com apoio do governo decidiram retribuir o investimento público recebido em sua formação dedicando suas atuações para gerar melhorias urbanas no país, primando pela construção de cidades mais inclusivas, vibrantes e sustentáveis.

³ Disponível em: <<https://blogdaarquitectura.com/o-texto-definitivo-para-entender-gentrificacao-e-sua-relacao-com-o-urbanismo>> Acesso em: 12 ago. 2018.

⁴ Disponível em: <<https://blogdaarquitectura.com/o-texto-definitivo-para-entender-gentrificacao-e-sua-relacao-com-o-urbanismo>> Acesso em: 13 set. 2018.

termo que pode ser compreendido como ‘bem-nascido’, de origem ‘nobre’, enaltecendo o ‘enobrecimento’ destas regiões.

Sabia-se, à época, ser extremamente necessária uma reestruturação destas áreas centrais onde residiam operários, dentro do contexto de uma paisagem londrina pós-industrial, degradante, insalubre, com edificações decadentes e espaço público abandonado. A colocação de Ruth fora sobre a forma inadequada na condução do processo de intervenção sob o ponto de vista social, com a expulsão dos antigos moradores para a área periférica, valorizando novamente a área central, mas deixando os antigos moradores em situação tão vulnerável quanto e agora, além da vulnerabilidade, afastados de suas raízes e com precário acesso ao transporte, ao lazer, ao labor e todas suas outras atividades sociais. O espaço central voltou a ser valorizado, no entanto, somente para a classe média que passou a ocupar estes locais. Este processo de reestruturação urbana, como indica a literatura, intensificou-se ao final dos anos 1970 onde se presenciou, principalmente em países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Canadá, como a melhor forma de ‘salvar’ a cidade da decadência das áreas centrais, sempre desalojando a classe trabalhadora e os afastando, ‘extirpando’ os problemas.

Embora os processos de gentrificação atinjam a população de baixa renda em geral, no caso do Brasil, a população que mais sofre com estes processos é a população negra.

É enorme a desigualdade no Brasil e nela há um forte componente racial. É o que mostram os números da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): Em 2015, os negros e pardos representavam 54% da população brasileira, mas sua participação no grupo dos 10% mais pobres era muito maior: 75%. No grupo do 1% mais rico da população, a porcentagem de negros e pardos é de apenas 17,8%.⁵

Este quadro provém, diretamente, da falta de políticas públicas para a população negra, desde o término do sistema escravagista. É histórica esta desigualdade.

Cita o arquiteto e urbanista Cosme de Assis da Silva em sua monografia do curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental:

⁵ CALEIRO, J. **O tamanho da desigualdade racial no Brasil**. Revista Exame, São Paulo, dez. 2016.

O agravamento das questões sociais como resposta a um processo de organização societária, que tem o crescimento econômico como objetivo maior em detrimento do equilíbrio ambiental, do desenvolvimento e distribuição das riquezas produzidas, requer o enfrentamento da exclusão social e da qualificação do ambiente natural. O acesso à água, à alimentação, à moradia, à terra para trabalhar e morar são apenas alguns dos suportes básicos para a imagem, construção e elevação do indivíduo à condição de cidadão pertencente a uma coletividade. A dramaticidade dessa realidade é mais aguda quando além da impossibilidade de usufruir dessas conquistas, é negado o acesso aos instrumentos que talvez lhe permita mudar esta situação, a oportunidade de ter informação e educação.⁶

Em uma abordagem histórica mais focada, o estudo irá expor o processo de transformação urbana em Porto Alegre, com ênfase na primeira área gentrificada, a Ilhota, berço da cultura negra no município.

2.2 A Influência da população negra no desenvolvimento urbanístico de Porto Alegre

Para compreender o processo de gentrificação na cidade de Porto Alegre, é preciso partir de uma visão mais abrangente e compreender o contexto histórico-social e, principalmente, o papel da população negra e qual sua influência na transformação da Urbe.

Tratando do período pós-escravagista no Brasil⁷, sob o ponto de vista legal, a monarquia encerrara o trabalho escravo com a assinatura da lei Áurea, em 13 de maio de 1888, tornando homens e mulheres negras livres para o exercício de seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Mas, na realidade, a abolição não lhes garantiu esta verdadeira cidadania, que ficara tão somente na letra fria da lei. O negro torna-se livre - sem o peso das correntes da escravidão que lhe fora imputada desde meados de 1540 - e agora inicia uma nova fase de vida com a libertação tão esperada e sem o mínimo para que nela se insira socialmente. Depois de toda a história de seu povo, tanto trabalho e luta, os libertos saem da opressão de seus algozes sem um pedaço de terra, sem habitação, sem pertencimento, sem nada. Carregam agora as mazelas de seu passado, sem garantia de presente, quiçá de

⁶ DA SILVA, C. de A. **Lomba do Futuro: Uma iniciativa de Educação Ambiental**. Porto Alegre, 2006.

⁷ Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23> Acesso em: 16 ago. 2018.

futuro, conforme citam Reinaldo José de Oliveira e Regina Marques de Souza Oliveira⁸:

Em solo brasileiro, não ocorreram as premissas básicas para a passagem de escravo à cidadão. O acesso e as oportunidades do exercício à cidadania, como habitação, educação, mercado de trabalho, rendimento e saúde, em condições de dignidade plena (quantidade e qualidade), não se inscreveram de forma universal no território nacional, no entanto, para a população negra, o quadro foi mais dramático: nos últimos 126 anos, foram os primeiros a entrar no mercado de trabalho e os últimos a sair, exercem as atividades formais e informais de menor expressão socioeconômica e política, são a maioria nas habitações impróprias como as favelas, cortiços, palafitas e loteamentos irregulares, na história e nas últimas décadas, o cenário do homicídio revela que as principais vítimas são homens, pobres, jovens e negros, enfim, é um contexto que assinala territórios sem cidadãos (SANTOS, 1993).

Em Porto Alegre, não fora diferente. Estudo realizado pelo NACi (Núcleo de Antropologia e Cidadania/Pós-graduação UFRGS)⁹, compila dados históricos relevantes que foram utilizados no presente estudo. Dentre as citações, Gilmar Mascarenhas de Jesus, refere-se da seguinte maneira à formação de núcleos habitacionais de origem negra na cidade:

Ao longo do século XIX, observa-se, nas zonas pobres da cidade de Porto Alegre, a formação de pequenos núcleos habitacionais de predominância negra, bem como se constata a existência de regiões (as 'emboscadas') caracterizadas por abrigar temporariamente escravos fugitivos.

O principal desses refúgios fora a Ilhota, uma porção de terra densamente vegetada difícil de adentrar, cercada por arroios, próxima ao centro da capital, e que, logo após a abolição da escravatura, deixa de ser, simplesmente, um local de refúgio e passa a se tornar, efetivamente, um local de pertencimento para a população negra recém liberta e que ali encontra a possibilidade de ter um local para moradia. Parte desta população ao assentar-se sobre esta área passa a constituir um território de expressão e prática da religiosidade de matriz africana. A lendária Ilhota, testemunho de segregação espacial e social, resistiu ao longo do tempo,

⁸ Disponível em: <<https://journals.openedition.org/alhim/5191?lang=en>> Acesso em: 05 set. 2018.

⁹ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/naci/Documentos/familia_silva_cap2.pdf> Acesso em: 06 set. 2018

mantendo seu espaço e garantindo a sensação de pertencimento, mas também os problemas da ocupação irregular e a falta de políticas públicas para sua população.

2.3 Os territórios negros de Porto Alegre

Segundo a tendência mundial, Porto Alegre passou por um processo de transformação urbana na transição da cidade portuária - desenvolvida ao longo da Orla do Lago Guaíba - e um período pós-industrial marcado pela ampliação do setor de serviços e comércio. Neste processo de expansão crescente, principalmente, com a saída da população negra do sistema escravagista, conforme já explanado, a cidade fora marcada pela suburbanização - processo de crescimento das cidades para fora dos seus limites¹⁰. Quanto mais cresce a população mais as áreas centrais tornam-se populosas e os processos pontuais de gentrificação começam a acontecer dentro do Centro de Porto Alegre, afastando a população negra para fora dos limites centrais. Neste cenário de crescimento, o estudo do NACi cita a Ilhota e outros locais que tornam-se territórios negros - “cinturões de cor em torno da cidade que se aburguesava lentamente” - e os negros iam sendo empurrados para periferias cada vez mais distantes. Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento:

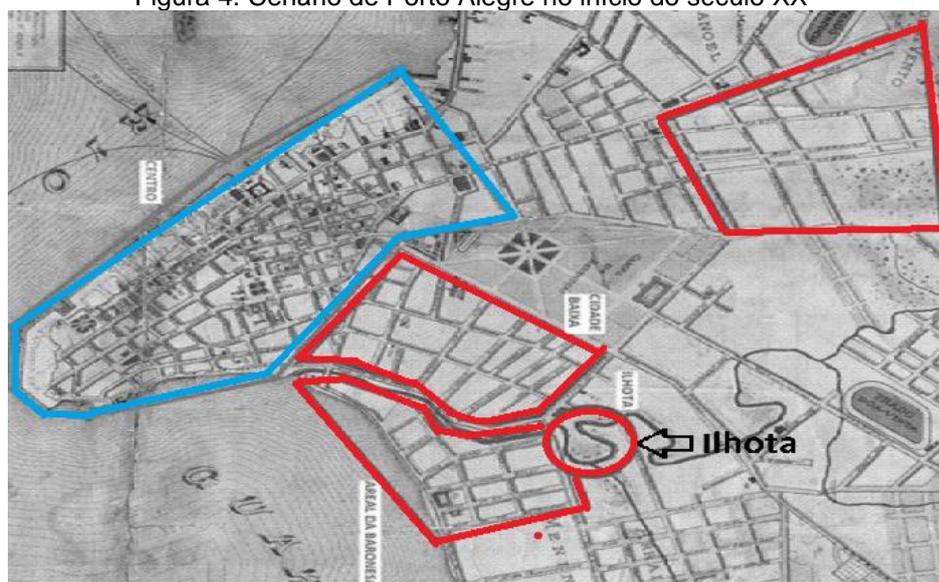
Além dos escravos de Porto Alegre que nesses locais se estabeleciam, há que considerar também a presença na cidade de negros, fugidos e libertos, originários do interior e que ao longo do século XIX, em função da “lenta desagregação escravocrata”, rumavam ao “maior centro urbano do sul.
(NACi apud PESAVENTO, 1995, p. 84)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (NACi apud JESUS, 1999, p. 145) também observa que a cidade recorria amplamente ao trabalho negro, definindo, porém, restrições quanto aos lugares e momentos em que a sua presença seria admitida fora dos horários de trabalho. Na modernidade, “o elemento negro é indesejável, devendo, sempre que 'dispensado' do trabalho, refugiar-se em enclaves étnicos como [...] a Ilhota.

¹⁰ Disponível em:

<<http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/BkIACD/Interamer/Interamerhtml/Mellohtml/Mello11.htm>> Acesso em: 20 set. 2018.

Figura 4: Cenário de Porto Alegre no início do século XX¹¹



- áreas ocupadas, mais densamente, por afrodescendentes.
- área central ocupada pela classe abastada, ocupando prioritariamente, a região da Rua Duque de Caxias.

Fonte: Imagem com edição elaborada pela autora

Estes cinturões iam ‘embranquecendo’, como foi o caso da Antiga Colônia Africana, que desde 1959, chama-se Bairro Rio Branco. Antes um bairro com ruas abertas pela própria população negra saída do sistema escravagista, um bairro rico de cultura de matriz africana, assim como a Ilhota, com habitações construídas pelos próprios ocupantes, clubes, locais para alfabetização, que foram desaparecendo pouco a pouco com a ocupação por descendentes de origem hebraica e europeia, banindo a religião africana e implantando sinagogas e igrejas católicas.

Giovana Fleck em reportagem para o Sul21, publicada em 02 de abril de 2017, entrevista o pesquisador Marcus Vinicius de Freitas Rosa sobre racismo em Porto Alegre, e que contextualiza o período da época:

Visitas do Departamento de Inspeção Sanitária faziam parte do cotidiano. “Era literalmente receber a notificação e ser espancado por não desapropriar o terreno”. Isso levou muitos a migrarem, novamente, dentro da cidade. Às vezes, essa migração consistia em se mudar para o outro lado da rua, às vezes para o outro lado da cidade. “É um período em que todos os cortiços da cidade e todas as moradias pobres estão sendo perseguidos pelo poder público e pela polícia”, descreve o pesquisador. Juntando essa limpeza à briga pela moradia você acaba com um processo que criminaliza ainda mais a camada mais exposta da sociedade: os negros. “Não parece que estamos falando de 100 anos atrás”, eu digo.

¹¹ Disponível em: <http://lealevalerosa.blogspot.com/2017/03/ilhota.html>> Acesso em: 18 jul. 2018.

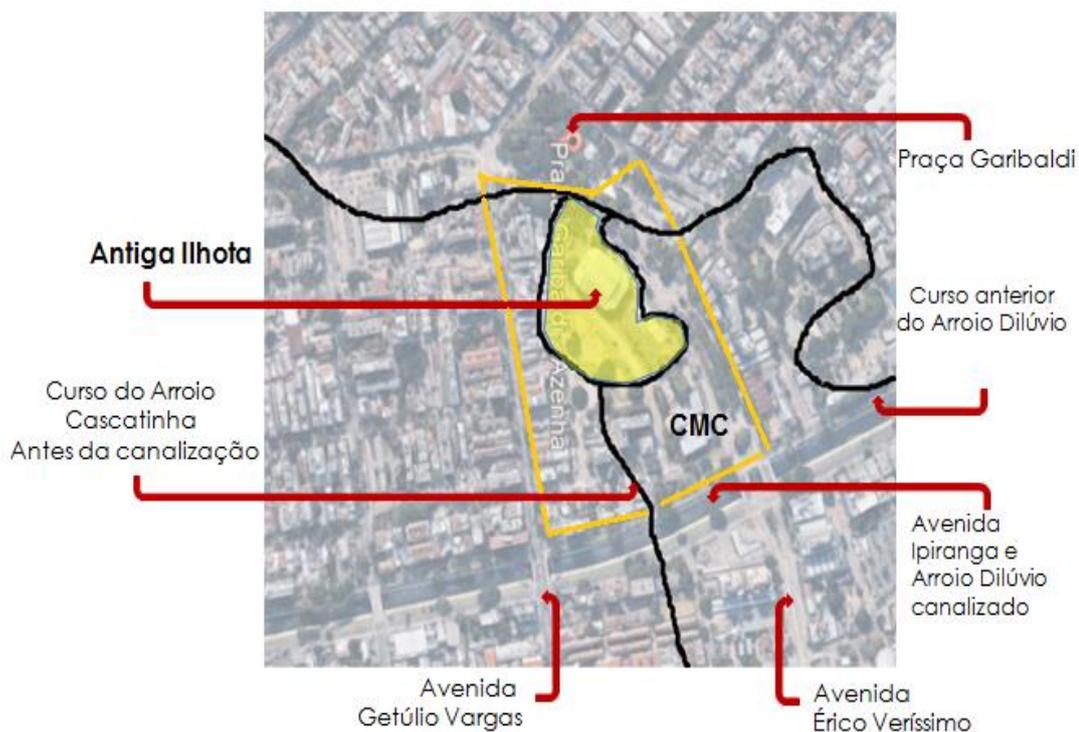
“Nem um pouco”, afirma Marcus. “A luta, não só pela moradia, é uma constante”, ele continua. Expulsar a população pobre do centro da cidade, marginalizar culturas e manter o “preto e miserável” o mais longe possível são tendências que o pesquisador descreve como cotidianas.

Assim, a Colônia Africana desaparecera da história sem deixar qualquer vestígio de sua existência na atualidade. Já a Ilhota resistiu por inteira até o início da década de 70, quando fora removida.

2.4 Ilhota – um território afrorreferencial

A região da Ilhota abrangia uma área de, aproximadamente, 14 hectares que se localizava entre os Bairros Menino Deus e Cidade Baixa, em Porto Alegre.

Figura 5: Localização da área da antiga Ilhota sobre imagem atual retirada no Google Earth



*CMC: Centro Municipal de Cultura

Fonte: Elaborada pela autora

Uma porção de terra muito suscetível a inundações a qualquer chuva, dada sua localização, na confluência do antigo leito do Arroio Dilúvio (antes nomeado como Jacareí) e do Riacho Cascatinha (que descia do Bairro Glória).

Figura 6: Postal registra uma das pontes que ligava a Ilhota à Cidade Baixa - década de 1920



Fonte: (Colonos e Quilombolas, 2010, p. 36)

A Ilhota, como foi nomeada, carinhosamente, começou a ser povoada, então, primeiramente, por negros recém libertos do sistema escravagista, que, sem moradia, passaram a construir suas casas, formando suas famílias e habitando a região. A maioria que ali residia passou a trabalhar para a elite que residia na área central. Inicialmente, famílias inteiras faziam do riacho sua renda. Lavavam-se, na Ilhota, roupas para a metade da cidade. Lavadeiras, alfaiates e costureiras de excelência eram notoriamente conhecidos por clientes abastados e exigentes.

A Ilhota exalava cultura desde sempre. Um local místico, com lendas e contos urbanos, de religião africana, berço da fantasia e do carnaval, da boemia, do violão, do samba e da poesia e de expoentes como o compositor Lupicínio Rodrigues (ali nascido e criado).

Figura 7: Lupicínio Rodrigues. O poeta, compositor e sambista começou a cantar suas histórias na Ilhota - sua terra - e as cantou por todo País. Letra do samba “Ilhota”



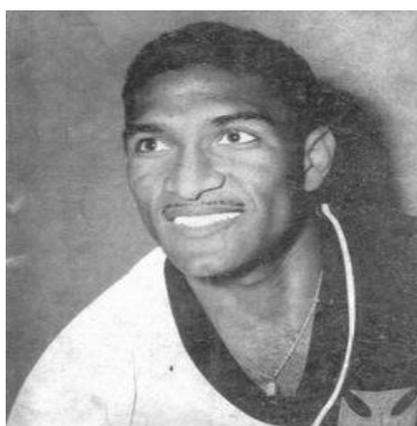
*Ilhota, minha favela moderna,
Onde a vida na taberna
É das melhores que há.
Ilhota, arrabalde de enchente
E que nem assim a gente
Pensa em se mudar de lá.
Ilhota, do casebre de madeira,
Da mulata feiticeira,
Do caboclo cantador.
Ilhota, a tua simplicidade
É que dá felicidade
Para o teu pobre morador.*



Fonte: Arquivo pessoal Marcello Campos¹²

Terra do futebol e da Liga Nacional de Football Porto Alegre, que ficou conhecida popularmente, como Liga Canela Preta, por ter sido criada em 1910 como uma alternativa para que os jogadores negros e times de várzea pudessem jogar amadoristicamente, já que, até então, os negros ainda não eram aceitos por times maiores, como Internacional e Grêmio, que só anos mais tarde, os aceitaram como jogadores. Nascidos na Ilhota, dois ícones do futebol gaúcho e, posteriormente, brasileiro foram:

Figura 8: Tesourinha (Osmar Fortes Barcellos)



Fonte: Site O Gol¹³

Figura 9: Ecurinho (Luís Carlos Machado)



Fonte: (DA SILVA, J.L. 2011. p. 160)

¹² Disponível em: <<http://www.nonada.com.br/2015/06/ilhota-o-bairro-com-enchentes-de-contos>> Acesso em: 25 ago. 2018.

¹³ Disponível em: <<https://www.ogol.com.br/player.php?id=398433>> Acesso em: 15 out. 2018.

E a Ilhota crescia. Agora residiam trabalhadores com variadas profissões, vendedores, entregadores, artesãos, mas também de atividades especializadas como costureiros, sapateiros, barbeiros, tipógrafos e funcionários públicos de baixo escalão, que ali conseguiram adquirir terrenos de baixo custo no mercado imobiliário e que preferiram correr o risco dos frequentes alagamentos em virtude da proximidade com o centro da cidade.

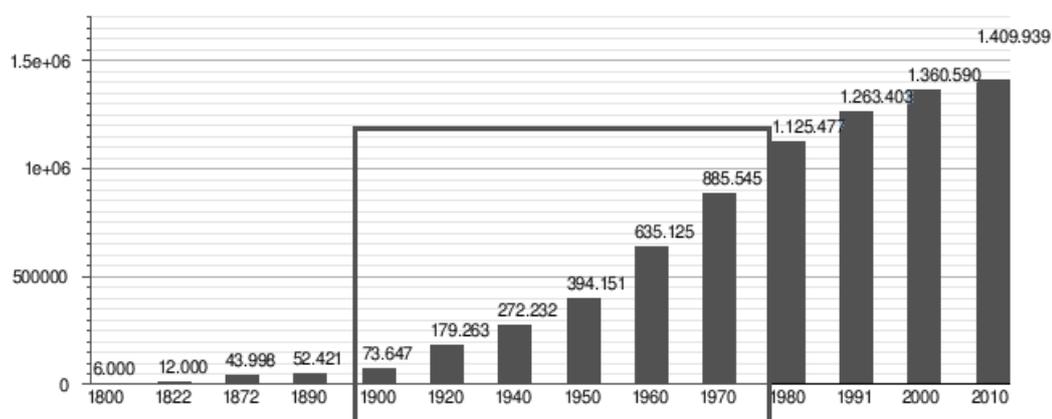
Figura 10: Ponte na antiga Ilhota



Fonte: Autor desconhecido. Museu Joaquim José Felizardo

Tal crescimento também trouxe graves problemas pela falta de infraestrutura e políticas públicas para atender esta população.

Figura 11: Imagem contendo o crescimento populacional de Porto Alegre



Período de existência da antiga Ilhota

A população de Porto Alegre cresceu aproximadamente 1200% neste período

Fonte: IBGE com marcações e comentário elaborados pela autora.

As primeiras intervenções urbanas na Capital remetem ao plano de melhoramentos que ocorrera entre 1914 e 1935, iniciando pelo centro da capital, na região próxima à Igreja Matriz, onde atualmente fica a Cúria Metropolitana. Ali residiam algumas famílias de negros que foram expulsos, bem como os retirantes que vieram da zona rural e se instalaram na região da Rua do Arvoredo. Não houve políticas públicas para colocação destas famílias ou acolhimento temporário.

Então, a Ilhota acolhera também estas famílias expulsas do Centro. Ali, sem qualquer infraestrutura, sem saneamento, segregada, esta população residia e crescia. E as enchentes frequentes faziam do local, um perigo cada vez maior, com a proliferação de doenças, principalmente a tuberculose.

Bem contextualizou Pesavento:

[...] a região estava frequentemente alagada e, desde o início, sempre foi ocupada pelas camadas mais pobres da população, na sua quase totalidade, negros e mulatos. Na verdade, a situação 'ilha' se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, 'ilhada' do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão [...] (NACi apud PESAVENTO, 1999, p. 14)

Figura 12: Recorte da Folha da Tarde de 31/04/1938 mostra a Ilhota por ocasião de uma das enchentes do mês de maio



Fonte: (Colonos e Quilombolas, 2010, p. 39)

Figura 13: Antigo mapa das áreas de Porto Alegre afetadas pela grande enchente de 1941



Fonte: Fotografia da autora retirada do acervo do Demhab.
Ilhota demarcada pela autora.

Então, após a grande enchente de 1941, diante deste contexto, a Intendência projetou o fim da Ilhota, as terras foram consideradas de utilidade pública para futura revitalização. Em 1943, o Plano de Urbanização investiu fortemente na canalização dos riachos em diques, foi quando o Riacho Dilúvio seguiu reto para o Guaíba e fora construída a Avenida Ipiranga. A Ilhota permaneceu.

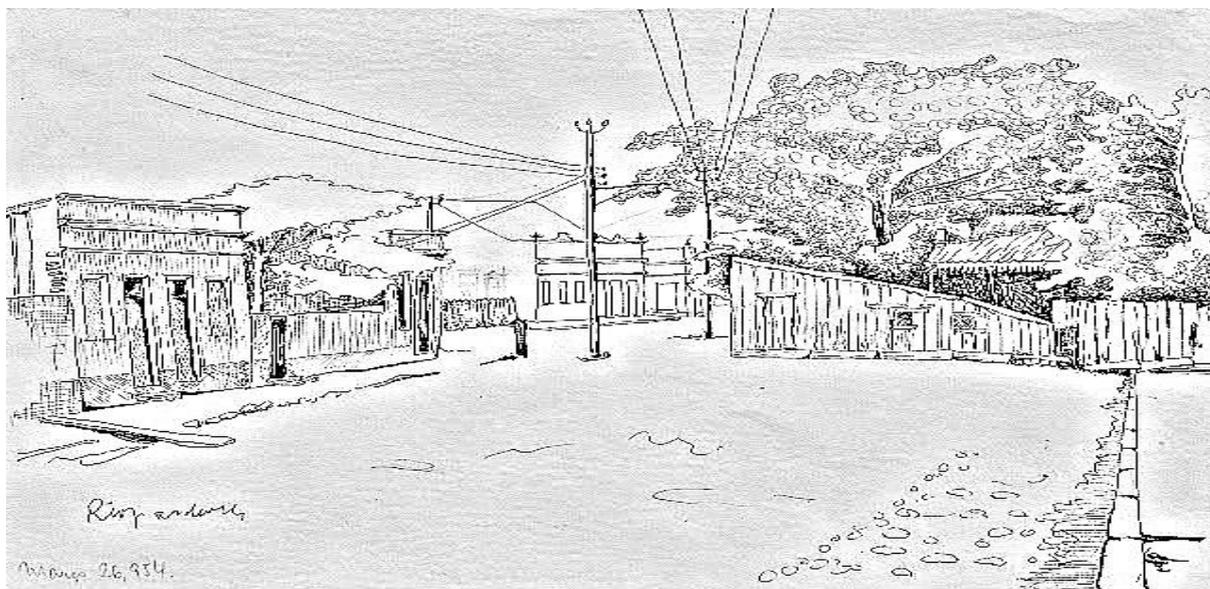
Figura 14: Lupi com Hamilton Chaves (jornalista e cineasta) em frente à casa da Família Rodrigues a Ilhota, em 1952



Fonte: Site Nonada¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<http://www.nonada.com.br/2015/03/almanaque-do-lupi-mostra-lupicinio-rodrigues-alem-das-musicas>> Acesso em: 12 out. 2018.

Figura 15: Nanquin de 1954. Francisco Riograndense de Macedo – Engenheiro e Urbanista



Fonte: Pinacotecas Aldo Locatelli e Ruben Berta¹⁵

Segundo matéria de Ariel Fagundes e Leandro H. Rodrigues (2011), dos anos 1940 aos 60, Porto Alegre sofreu o seu maior aumento populacional e na Ilhota não foi diferente.

Meados de 1950, a vila romanceira já não tinha aspecto de subúrbio charmoso, tornou-se decaída e com aspecto de favela. Com frequência, as manchetes dos jornais clamavam pela remoção da vila.

Figura 16: Ilhota em 1950



Fonte: Museu Joaquim José Salgado

Figura 17: Reportagem criticando a Ilhota em 1966



Fonte: (Correio do Povo, 1966)¹⁶

¹⁵ Disponível em: <://pinacotecasaldolocatellierubenberta.blogspot.com/2012> Acesso em 23: ago. 2018.

¹⁶ Disponível em: < http://conselho.blogspot.com/2016/12/ilhota-primeira-grande-favela-de-porto.html > Acesso em: 23 ago. 2018.

2.5 Políticas públicas urbanas em Porto Alegre

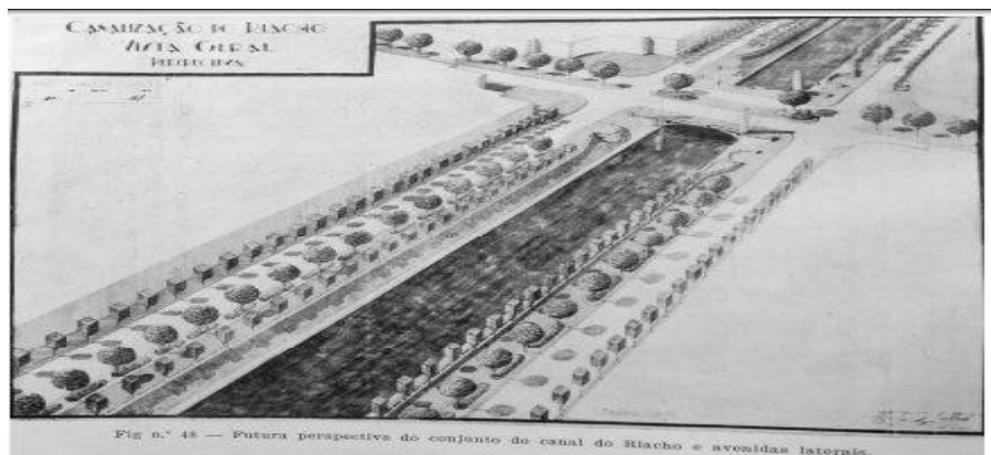
Do ponto de vista de políticas públicas para o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, as primeiras intervenções da administração pública no tecido urbano da capital visaram minimizar o impacto do período de industrialização, originando o Plano Maciel em 1914, que priorizava o sistema viário com abertura de novas vias para expansão do centro, além das muralhas históricas, erguidas para defesa da capital, em direção ao norte, sul e leste. O Plano ainda trazia o saneamento e o embelezamento como segunda e terceira prioridade respectivamente. Importante salientar que até a década de 30, os esforços se mantiveram concentrados no então Primeiro Distrito, que correspondia ao Centro, Bairro Independência e parte do Bom Fim, regiões da classe mais emergente da época, por isto, conforme já citado, a expulsão dos moradores negros e retirantes já fazia parte de um processo de “higienização”.

Segundo Marília Roennau Lemos em sua pesquisa de pós-graduação sobre o urbanismo em Porto Alegre, já em 1935 Edvaldo Paiva e Ubatuba de Farias, ambos engenheiros da Prefeitura, influenciados pelo Plano Agache e Prestes Maia do Rio de Janeiro e São Paulo, apostam no conceito de perímetro de irradiação e na implantação de centros secundários nos bairros, surgindo assim a primeira perimetral, a Avenida Loureiro da Silva, a ampliação da área central e os aterros na orla do Lago Guaíba. Em 1938, chega à cidade o urbanista Arnaldo Gladosch, que trabalhara com o francês Alfred Agache nos planos de melhoramentos no Rio de Janeiro. A Prefeitura de Porto Alegre encomendara a ele um estudo para implementação de um Plano Diretor que priorizasse o saneamento (pensamento advindo do sanitarismo do século XIX) e a circulação. Gladosch adequou este anteprojeto às ideias de Paiva e Ubatuba. A liderança na implementação do Plano ficou a cargo de Paiva que realizou estudos de urbanismo no Uruguai e somou ao anteprojeto de Gladosch embasando o Plano Diretor de 1959.

Ao observar os desenhos e diretrizes de Gladosch percebe-se que sua principal preocupação com a vida na cidade de Porto Alegre, vislumbrando o futuro da expansão na direção sul, era enfatizar o saneamento e a canalização do Riacho Dilúvio. Seus estudos faziam referência à Ilhota pela falta de saneamento e

crescimento populacional. Para expandir a cidade na região sul, era preciso sanear, primeiramente, esta região.

Figura 18: Perspectiva desenhada por Gladosch



Fonte: Lealevalerosa¹⁷

Acima desenho feito por Gladosch para a região da Ilhota prevendo:

1. Urbanização da área da Ilhota com a canalização dos Riachos;
2. Ambientação paisagística às margens da canalização dos Riachos;
3. A construção da primeira ponte sobre a canalização – até então, só havia a Ponte de Pedra (Av. Borges de Medeiros) sobre o antigo leito dos arroios que desembocava no Guaíba.

Foi então que em 1959, o Plano Diretor traçado por Gladosch, tratou a Ilhota com prioridade, fornecendo diretrizes para a desapropriação das terras e criação de um fundo para viabilizar tais desapropriações.

Segundo a pesquisa de pós-graduação de Karina dos Reis Kerpen, após tentativas frustradas por falta de verbas, em 1973, a remoção da Ilhota foi incluída no Projeto Renascença, idealizado pela gestão pública municipal e financiado pelo Plano C.U.R.A. (Comunidade Urbana para Urbanização Acelerada) através do BNH (Banco Nacional e Habitação).

2.5.1. Projeto Urbanístico Renascença e as ações específicas para a região da Ilhota

¹⁷ Disponível em: <<http://lealevalerosa.blogspot.com/2017/03/ilhota.html>> Acesso em: 25 set. 2018.

Segundo o site da Prefeitura de Porto Alegre, o Projeto Renascença objetivava, prioritariamente, renovações urbanísticas em áreas decadentes que ‘estagnavam’ o progresso, saneamento, aterros e aberturas de vias. Tinha como foco executar as diretrizes apontadas no Plano Diretor de 1959 e dar novo uso em terras ocupadas irregularmente ou desapropriar e valorizar estas áreas consideradas de grande potencial para expansão imobiliária.

Figura 19: Planta do Projeto Renascença – Área atingida pelo Decreto de desapropriação da Ilhota



Fonte: Demhab

O projeto dividia-se em grupos de ação, atendendo, basicamente, os seguintes bairros: Cidade Baixa, Menino Deus, Praia de Belas, Azenha e Medianeira.

Figura 20: Abrangência do Projeto Renascença



Fonte: Jornal Zero Hora. 1976

▪ Remoção da comunidade e reurbanização da área compreendida pela Ilhota:

Anita Souza, em seu trabalho de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS, sobre o Projeto Renascença, cita que o projeto enfatizava a valorização econômica esperada da área. Em fundamentação econômico-financeira o texto de apresentação do projeto cita:

O processo de viabilização econômica adotado para o projeto Renascença, foi baseado no incremento dos impostos prediais da área. A partir da implantação das obras, a ocupação das áreas vagas, e a substituição das construções antigas por prédios maiores, promoverá um aumento na arrecadação dos tributos prediais, suficientes para propiciar os retornos necessários ao ressarcimento dos compromissos da Prefeitura com o Plano C.U.R.A. (...) A área Renascença será objeto de densificação demográfica e prevê-se que as populações que demandarão a ela terão nível de renda superior ao da população hoje radicada na área (...)

Com a remoção da Ilhota iniciou-se a execução do projeto que durou de 1975 até 1979 e era, diariamente, acompanhado pela imprensa e pela população que conviveu durante este período com um verdadeiro canteiro de obras nas áreas acima mencionadas. Foram gastos 600 milhões de cruzeiros no total das obras e conforme dados encontrados, o governo da época fala que, ao final do projeto, não sobrara verbas para atender a questão habitacional dos moradores da Ilhota, tampouco para executar o prometido edifício residencial na localidade da Ilhota (junto ao Centro de Cultura proposto), que acolheria a população, mas que, na realidade, não chegara nem a ser incluído no rol de ações para a área, ficando somente na promessa verbal não cumprida.

Citando ainda Ariel Fagundes e Leandro H. Rodrigues (2011), por grande pressão de parte dos vereadores em observância à falta de contemplação da área social no Projeto Renascença, a Prefeitura lançou o Programa Pró-Gente, para atender às estruturações dos novos bairros a serem implantados e abrigar a população removida, que, até então, não tinha destino certo.

A principal área destinada foi a Terra do Barro vermelho, área rural na zona sul de Porto Alegre, que passara a se chamar Vila Restinga Velha. Seria uma espécie de residencial temporário até a realização da Nova Restinga, bairro que abrigaria as famílias. No entanto, não havia infraestrutura para atender esta população que fora removida da Ilhota.

Estima-se que a Ilhota, em 1975, tinha em torno de 5700 moradores, segundo GABLAN/IBGE. Neste ano o Demhab removeu cerca de 1200 pequenas casas.

As ações, segundo antigos moradores e seus descendentes¹⁸, eram realizadas no escuro da noite. Caminhões faziam a mudança de 'alguns' pertences da população enquanto suas antigas casas eram destruídas. Os moradores eram levados à Restinga e alocados em barracas aguardando as pequenas casas que iam sendo construídas, muito lentamente, sem luz, água, iluminação, no meio do mato, sem ruas, enfim, com total falta de infraestrutura.

À população removida, restou-lhe todas as vulnerabilidades pelas quais eram submetidas na antiga Ilhota e, agora, longe da área central, do transporte, do trabalho, da saúde (antes atendida pelo Posto de Saúde Modelo na Avenida João Pessoa com Rua Jerônimo de Ornellas) e de todas as atividades sociais, portanto longe de sua história.

A falta de gestão pública urbana eficaz acabou gerando um novo e grave problema social. Em 1977, a Prefeitura teve de tomar providências e deu início ao 'desfavelamento' da Vila Restinga Velha, como foi chamada a ação pelo poder público.

Segundo o Censo de 2010, a Restinga é hoje o terceiro bairro mais populoso da Capital, com aproximadamente 52 mil habitantes.

Figura 21: Foto aérea do bairro Restinga



Fonte: Site Poa24 horas¹⁹

Da famosa Ilhota, reconhecida por sua tradicional cultura popular e vista como uma bolsa de estagnação para a expansão urbana da cidade naquela região, permaneceram algumas famílias resistentes entre à Av. Ipiranga e à Rua 17 de

¹⁸ Disponível em: <<https://issuu.com/projetoterritorioilhota/docs/ilhota>> Acesso em: 05 abr. 2018

¹⁹ Disponível em: <<https://www.poa24horas.com.br/conheca-historia-do-bairro-restinga>> Acesso em: 18 set. 2018.

junho, hoje Vila Renascença I. Esta é uma das três comunidades que se formaram no entorno do Centro Municipal de Cultura, população-alvo de nosso estudo.

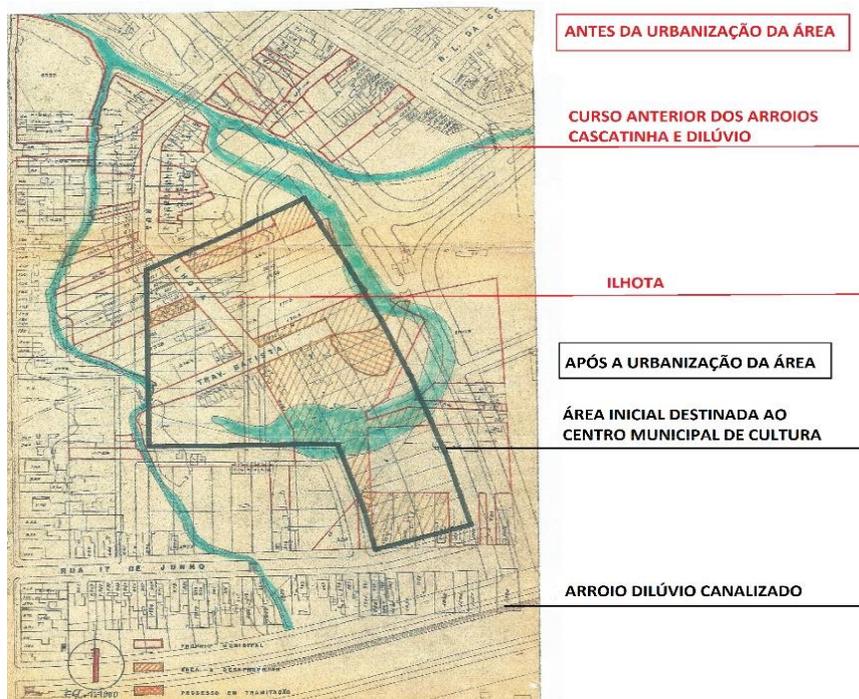
Figura 22: Ilhota. Av. Ipiranga com o prédio do jornal Zero Hora ao fundo



Fonte: Edição Jornal Zero Hora de 16/05/1976²⁰

- Construção do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer:

Figura 23: Mapa de configuração da área ao longo do tempo



Fonte: Mapa fornecido pela Prefeitura com edição elaborada pela autora.

²⁰ Disponível em: <<https://jornaltabare.wordpress.com/2011/12/02/ilhados-na-miseria>> Acesso em: 18 jun. 2018.

Figura 24: Centro Municipal de Cultura, ainda com espelho d'água e chafariz ativados



Fonte: Autor desconhecido²¹

O Centro Municipal de Cultura fora projetado pelos arquitetos Edgar do Valle e Sérgio Matte com o intuito de abrigar a instituição âncora do espaço: a Escola Atelier Livre Xico Stockinger. **VIDE APÊNDICE C.**

Além do Atelier Livre, o Centro Municipal de Cultura abriga também, a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, a Sala Álvaro Moreyra, Teatro Renascença, as coordenações de Dança, Artes Cênicas e Literatura, além de um Saguão de Exposições. Estes espaços serão detalhados no Capítulo 5.

3 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

3.1 Breve histórico da ocupação da área pelas comunidades

As informações são diversas, mas segundo o sociólogo da Prefeitura Aldovan de Oliveira Moraes, o levantamento ortofotográfico de 1981 já comprovava a existência da nova aglomeração urbana sobre a área pública que hoje se configura por Vila Renascença I. Com o decorrer do tempo surgiu a atual Vila Lupicínio, que em sua maioria, são descendentes dos moradores da Antiga Ilhota, e a Vila Renascença II constituída por uma população proveniente de outros locais .

As três comunidades são a principal população-alvo da proposta.

²¹ Disponível em: <<https://www.guiadasemana.com.br/porto-alegre/arte/estabelecimento/centro-municipal-de-cultura-lupicinio-rodrigues>> Acesso em: 16 out. 2018.

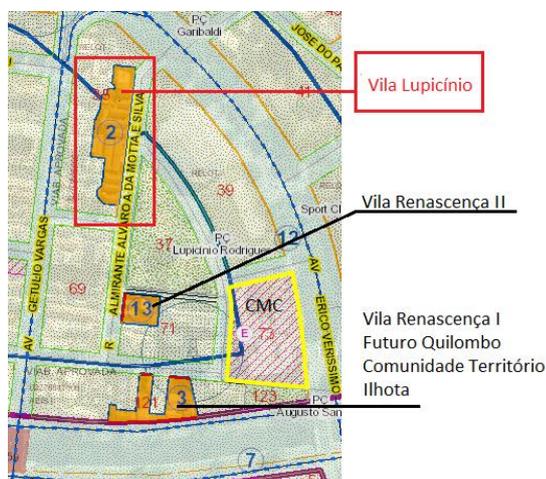
Foram as mulheres, em sua maioria arrimos de família, que, temendo novamente o risco de expulsão, buscaram informações junto aos partidos políticos e movimentos sociais sobre as possibilidades de acesso à terra através da legislação sobre Regularização Fundiária e a Lei de Concessão de Direito Real de Uso, participando de reuniões do Orçamento Participativo e, assim garantindo o direito de passar a seus descendentes o direito de uso sobre suas moradias.

Após alguns anos diante da precariedade destas casas e a luta da comunidade por melhores condições de moradia, o Demhab edificou algumas unidades, sobre os 38 lotes existentes, substituindo as mais precárias. As demais construções, ao longo do tempo, foram reconstruídas pelos próprios moradores.

A comunidade agora passa por processo de reconhecimento como quilombo comunitário, e se chamará Quilombo Comunidade Território Ilhota.

Vila Lupicínio:

Figura 28: Demarcação da comunidade Vila Lupicínio



Fonte: Dmweb – Procempa com edição elaborada pela autora.

A atual Vila Lupicínio nasceu pouco depois da Renascerça I abrigando 82 famílias. Diferente da Vila Renascerça I, a Vila Lupicínio sofreu intervenção total com a construção de um condomínio habitacional em 1999, conforme imagens e projeto abaixo:

Figura 29: Imagens da Comunidade Vila Lupicínio antes da intervenção realizada pelo Demhab



Fonte: Acervo Demhab

Figura 30: Imagens da intervenção realizada pelo Demhab na Vila Lupicínio



Fonte: Acervo Demhab. Montagem elaborada pela autora.

3.3 Análise da população-alvo para matriz FOFA

- a) A comunidade Renascença I necessita de revitalização das fachadas.
- b) Conforme relatos dos moradores, de reportagens e do próprio Demhab, a localidade apresenta vulnerabilidade social. Sofrem, como tantas outras, com a insegurança social e violência urbana, com o crescimento do crime organizado e o narcotráfico.
- c) Conforme dados do Demhab, cerca de 50% da população da Vila Lupicínio (onde há mais vulnerabilidade) é de jovens com idade média de 19 anos.
- d) Com base nas experiências positivas na inserção de jovens no mercado de trabalho, gostariam de poder ofertar oficinas mais seguidamente, mas a falta de espaço parece ser um empecilho.
- e) Em contato com a comunidade verificamos que o trabalho das mulheres tem o objetivo de reunir jovens lideranças locais e de outras comunidades, para multiplicar o conhecimento adquirido e fazer a história do Território Ilhota e da cultura afro se tornem visíveis, assim como a luta pelo direito à cidade e à dignidade não se perca nas próximas gerações.
- f) As reuniões da ONG de mulheres acontecem em espaço cedido nas dependências do Centro Municipal de Cultura sob condição de autorização de uso.
- g) A geração de renda pretendida, através da produção dos objetos de arte, também necessita de espaço para produção.
- h) Algumas mães gostariam de participar das oficinas mas precisam cuidar de seus filhos. Há a necessidade de recreação para as crianças paralela à produção dos objetos de arte para que possam se dedicar ao trabalho.
- i) **O total aproximado é de 144 famílias residentes nas 3 comunidades.**

3.4 Definição das áreas para as intervenções propostas e visuais

Figura 33: Imagem com a demarcação e a respectiva legenda para as áreas de intervenção da proposta



LEGENDA PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO

- 1** Rearquitetura do Centro Municipal de Cultura
- Ampliação contendo Ponto sociocultural comunitário
- Resignificação da edificação remetendo à Cultura e Mitologias Africanas
- 2** Intervenção paisagística canteiro central Av. Ipiranga e Praça Augusto César Sandino
- 3** Diretrizes para revitalização das fachadas das residências da Vila Renascença 1 (com frente à Av. Ipiranga) - Futuro Quilombo Comunidade Território Ilhota

Fonte: Google Earth com edição elaborada pela autora

Figura 34: Visuais das áreas de intervenção relacionando à legenda



Fonte: Google Earth com edição elaborada pela autora

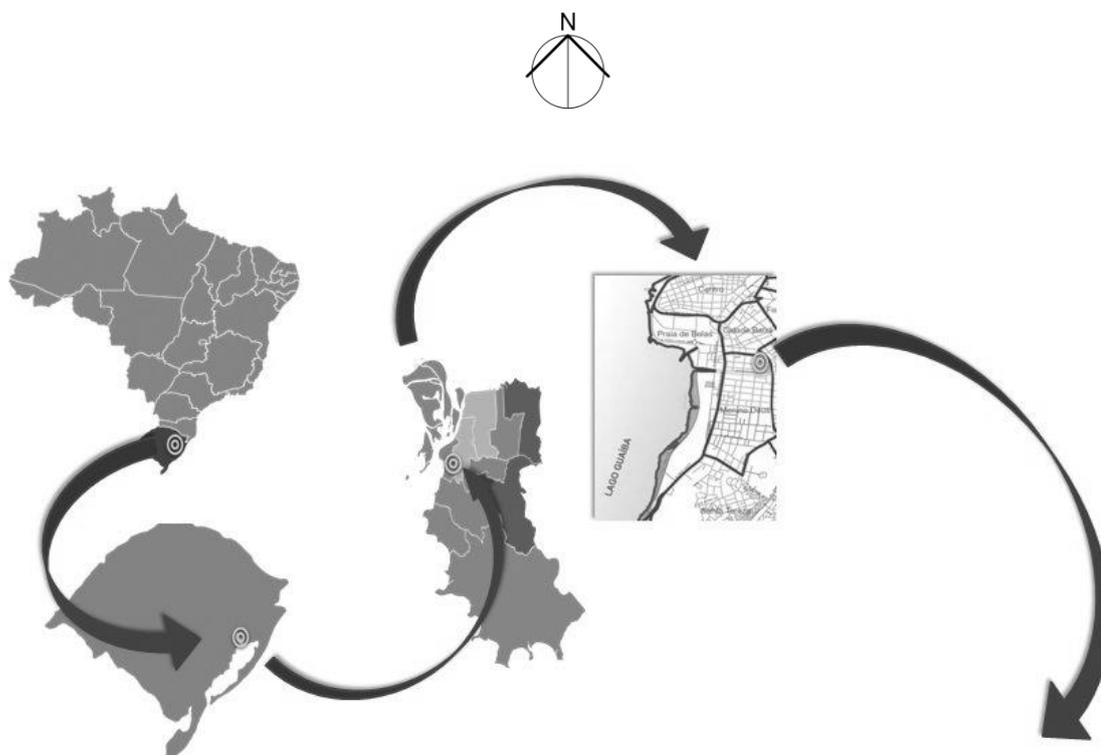
4 ASPECTOS GERAIS DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

4.1 Caracterização física do Município e localização da área:

Conforme dados do IBGE e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a população de 1.409.351 habitantes está distribuída em uma área de 496.684 km², sendo a 11^a capital mais populosa do Brasil e a 13^a em densidade demográfica (2837,52 hab./km²), segundo o Censo 2010 do IBGE. A capital gaúcha é a mais meridional do Brasil (latitude 30° Sul, longitude 51° Oeste). Com as quatro estações bem definidas (clima subtropical úmido, possui uma geografia diversificada, com morros, baixadas e um grande lago, o Guaíba, distando 2.027 quilômetros de Brasília. A cidade possui 608 praças urbanizadas, 72 quilômetros de orla fluvial e mais de 1,3 milhão de árvores plantadas em vias públicas.

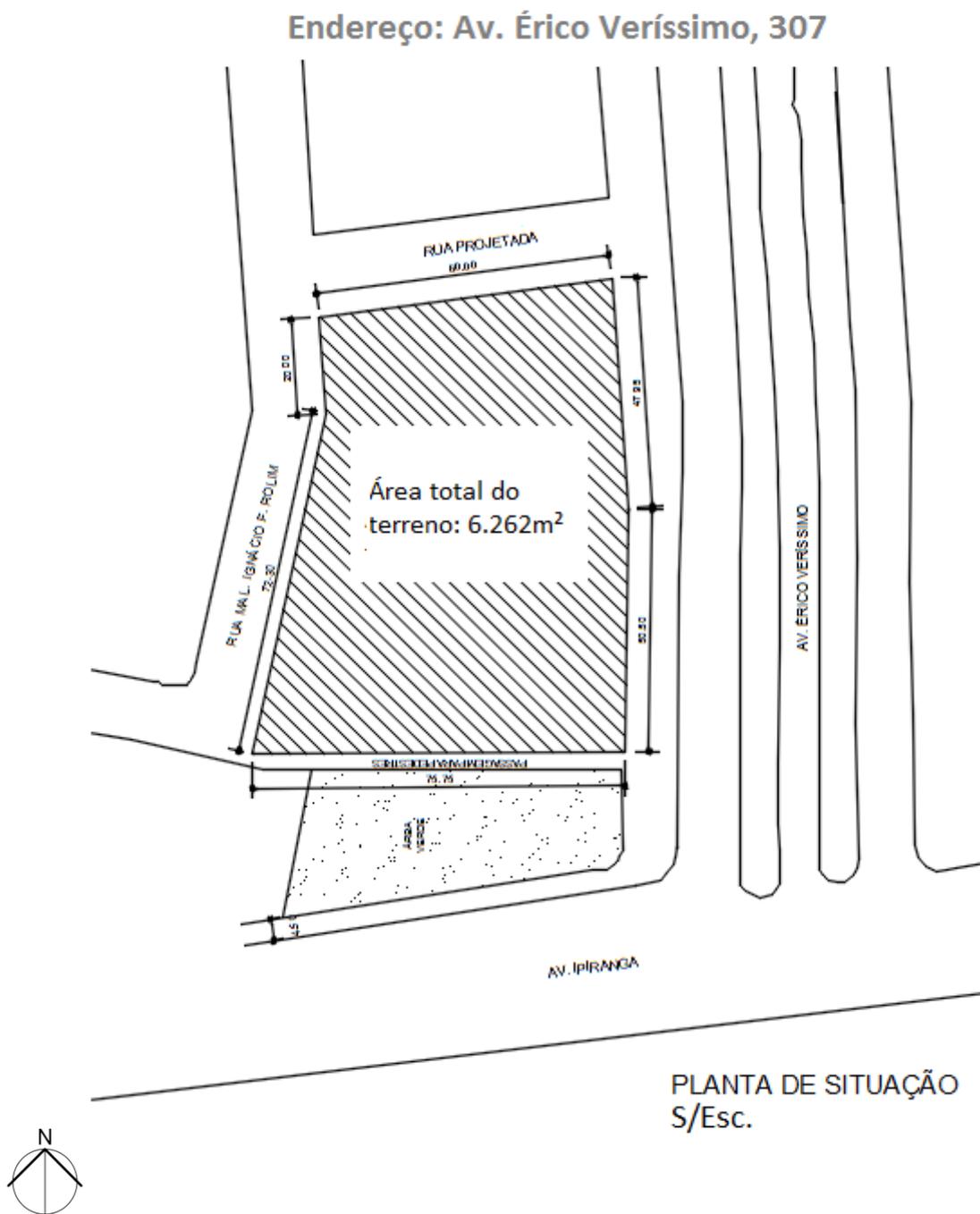
LOCALIZAÇÃO

Figura 35: Localização da Área de intervenção proposta
Brasil - Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Bairro Menino Deus



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 36: Planta de situação do Centro Municipal de Cultura

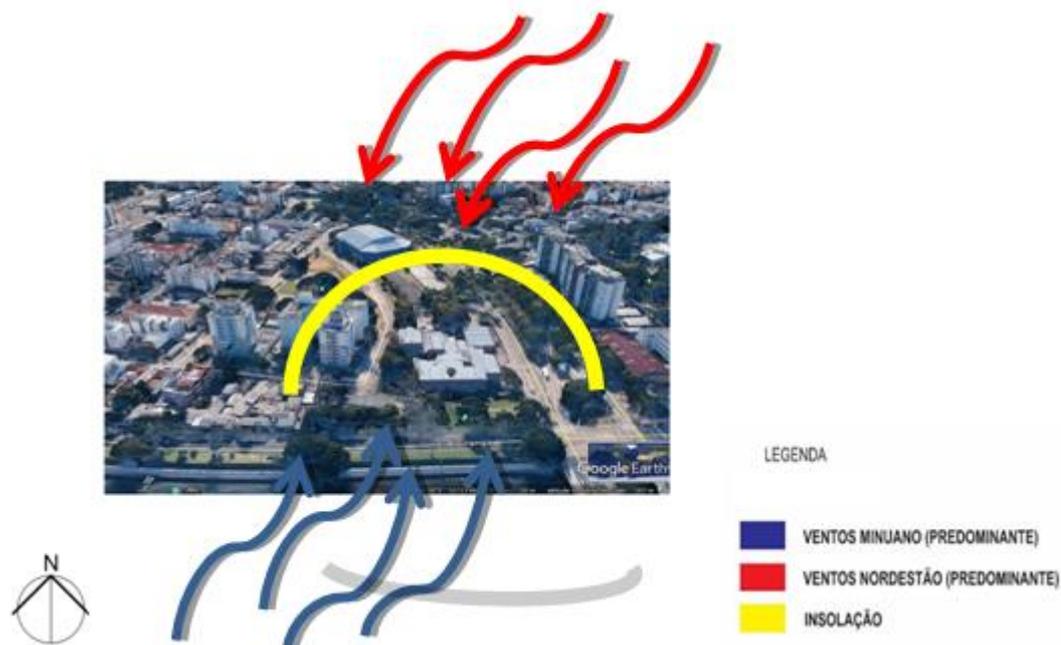


Fonte: Fornecida pela Prefeitura com alterações elaboradas pela autora

4.2 Micro-Clima: orientação solar, ventos, vegetação, poluição

Orientação solar e predominância dos ventos:

Figura 37: Imagem da área com orientação solar e predominância dos ventos



Fonte: Imagem do Google Earth com edição elaborada pela autora.

A principal orientação do terreno é norte-sul, favorecendo as condições de insolação e iluminação natural à futura ampliação proposta na edificação.

Na imagem abaixo, podemos verificar que o lote do Centro de Cultura ocupa quadra inteira, não possuindo barreiras para a ventilação natural. Também se encontra relativamente isolado de lotes lindeiros construídos, somente a fachada Oeste, com Mal. Setembrino, possui edificações de maior altura.

Figura 38: Imagem aérea da area de intervenção



Fonte: Imagem do Google Earth

Vegetação:

Há possibilidade de grande integração com o entorno natural com a edificação do Centro de Cultura por haver áreas verdes em todas as testadas do terreno, proporcionando a relação interior-exterior da edificação. Realizando levantamento das árvores 'in loco' verificou-se a presença somente de árvores exóticas, no que for possível serão mantidas e integradas à nova proposta.

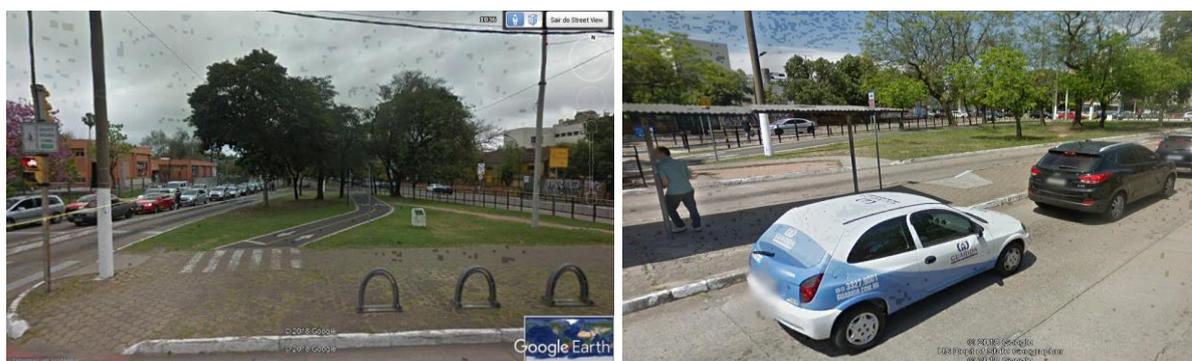
Poluição:

Por se situar em via de grande fluxo há incidência de poluição sonora. Não há incidência de poluição visual, há sim aspecto de abandono por falta de uso e manutenção em todas as áreas de intervenção.

4.3 Mobilidade e conexões entre as áreas de intervenção:

O **sistema de mobilidade** peatonal, viário, cicloviário e de transporte coletivo está **consolidado** na região facilitando o uso do espaço.

Figura 39: Imagens do sistema viário



Fonte: Google Earth compilação da elaborada pela autora.

Realizando o mapeamento dos caminhos peatonais percorridos pela população local e pela população em geral pode-se concluir que a conexão entre as três intervenções potencializará o uso dos espaços e a interação entre todos os usuários.

Figura 40: Caminhos peatonais no sítio urbano



Fonte: Google Earth com edição elaborada pela autora

Há barreira física para conexão entre as margens do Arroio Dilúvio com a Praça Augusto César Sandino e a área da comunidade: a Av. Ipiranga (via de grande fluxo). A travessia se dá somente pela faixa de segurança localizada na esquina.

Figura 41: Barreira física viária



Fonte: Google Earth com edição elaborada pela autora.

Diante da barreira física (Av. Ipiranga) a **conexão entre as áreas de intervenção deverá ser visual** com elementos que serão definidos no decorrer do estudo.

Figura 42: Conexões das áreas de intervenção

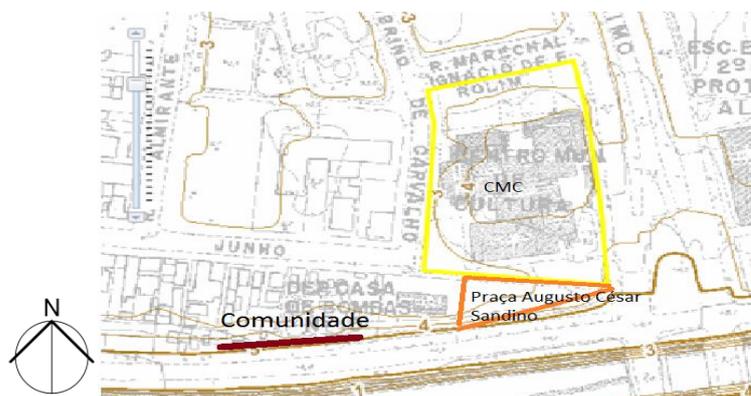


Fonte: Google Earth com edição elaborada pela autora.

4.4 Levantamento plano-altimétrico

A área de estudo possui pouco desnível, a Praça Augusto César que sofrerá intervenção paisagística, possui desnível com relação à Av. Ipiranga por conta de que esta sofrera aterramento para a canalização do Arroio Dilúvio e é mais elevada para conter suas águas.

Figura 43 Levantamento Plani-altimétrico



Fonte: Dmweb – Procempa

5 ASPECTOS ESPECÍFICOS DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO:

5.1 INTERVENÇÃO 1: Edificação do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues

5.1.1 Localização da área de intervenção 1

Figura 44: Demarcação da área atual do Centro Municipal de Cultura – intervenção 1



Fonte: Google Earth com edição elaborada pela autora

5.1.2 Planilha de áreas da edificação do Centro Municipal de Cultura

Figura 45: Planilha de áreas

PLANILHA DE AREAS	
SUBSOLO	
- CASA DE MÁQUINAS E DEPÓSITOS	284,27
- BIBLIOTECA	249,60
	533,87
TÉRREO	
- TEATRO RENASCENÇA (PLATÉIA, FOYER, SANITÁRIOS, PALCO, CAMARINS E TRANSFORMADORES)	642,04
- BIBLIOTECA	393,39
- SALA ÁLVARO MOREIRA	194,37
- ESCOLA ATELIER LIVRE	604,01
- HALL DE EXPOSIÇÕES	430,29
- NÚCLEO DE EXPEDIENTE E PESSOAL	164,04
	2428,14
PAVIMENTO SUPERIOR	
- TEATRO RENASCENÇA (PALCO, CAMARINS E ADMINISTRAÇÃO)	214,48
- ESCOLA ATELIER LIVRE	633,73
	848,21
TOTAL GERAL	3810,22

Fonte: Prefeitura Municipal

5.1.3 Espaços que compõem o Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer:

Além das Coordenações Municipais de Dança, Artes Cênicas e Literatura compõem o espaço:

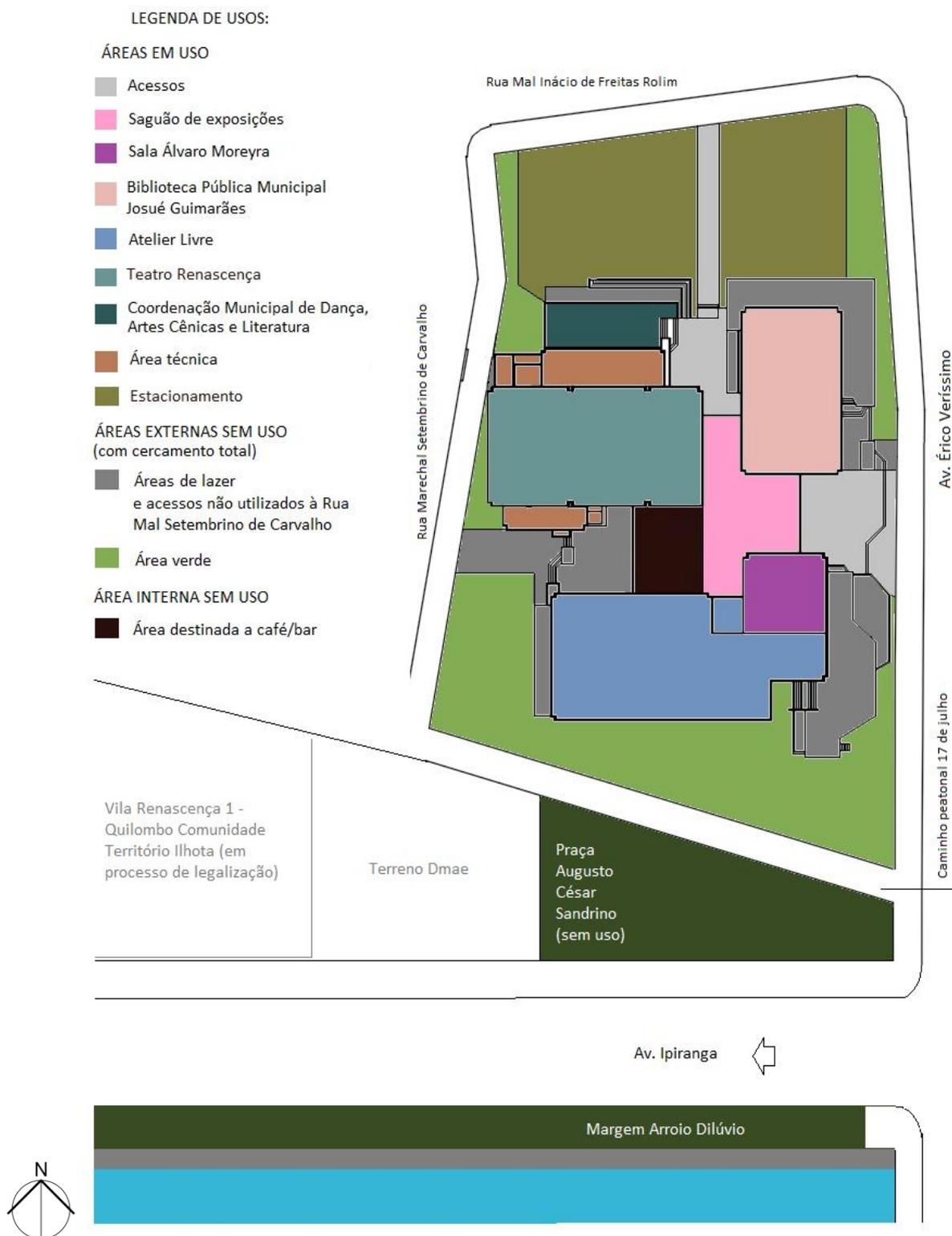
Figura 46: Espaços do CMC

Escola de Arte Atelier livre		A escola oferece cursos (pagos) regulares nas áreas de desenho, pintura, e scultura, cerâmica, gravura, História da Arte e Organização Profissional para o Artista Plástico
Teatro Renascença		Teatro com cadeiras 284 cadeiras estofadas
Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães		Possui um acervo de aproximadamente 35 mil exemplares entre livros, periódicos, DVDs e CDs
Sala Álvaro Moreyra		Espaço para atividades múltiplas: conferências, seminários, palestras, cursos, ballet, audiovisuais e peças teatrais. Conta com 90 cadeiras móveis e palco italiano (onde os espectadores ficam de frente)
Saguão de Exposições	 Visão externa	 Visão interna

Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.4 Estudo de usos dos espaços acima especificados:

Figura 47: Zoneamento e compatibilidades da edificação do CMC

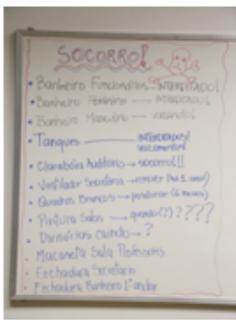


Fonte: Elaborado pela autora

5.1.5 Análise da edificação do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer para matriz FOFA

Figura 48: Planilha análise do CMC

	<p>A edificação do Centro Municipal de Cultura possui características da arquitetura institucional utilizada na década de 70 com o uso do tijolo aparente em tom terracota e linhas retas.</p>
	<p>A edificação parte do princípio idealizador de 'caixa fechada'. Notoriamente, trata-se de um grande cubo com subtrações e adições.</p>
	<p>A Arquitetura é interiorizada, não há relação interior-exterior.</p>
	<p>As áreas externas que foram projetadas para o lazer estão sem uso</p>
	<p>A edificação da fachada Oeste (de frente para a Comunidade) é totalmente fechada, inclusive os acessos.</p>
	<p>O terreno é todo cercado por gradil.</p>
	<p>Não há incentivo visual para motivar a visitação à edificação, principalmente para quem transita na Av. Ipiranga.</p>

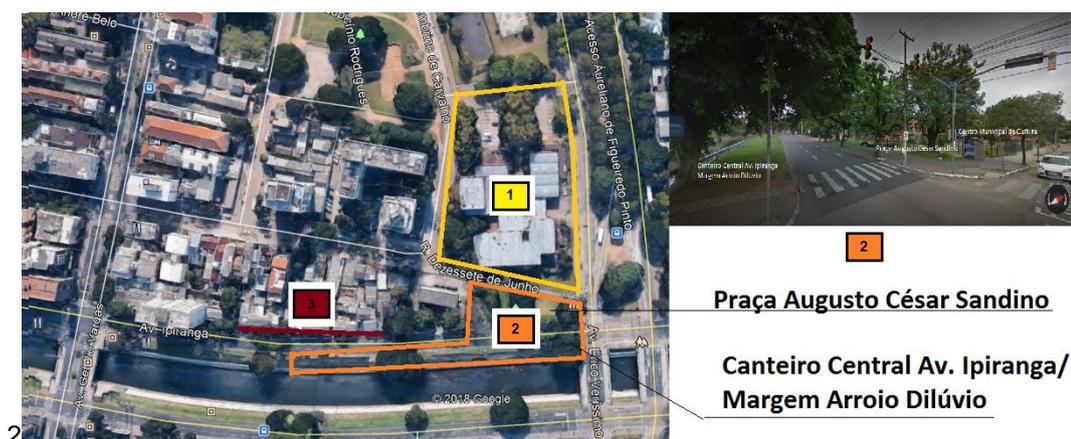
Em visitas locais nos mais diversos horários, verificou-se o pouco uso dos espaços, exceto em eventos como o Porto Alegre em Cena.	
Não há locais para refeições.	
Os adolescentes que lá estavam realizando os cursos não têm local para lazer.	
Não há referência à Cultura Negra, à sua história e à Ilhota, exceto o nome do cantor e compositor Lupicínio Rodrigues. Conforme estudo, que consta no APÊNDICE B , há diretrizes à Cultura Afrodescendente em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura e o Ministério da Cultura, as quais ainda não foram alcançadas e que são uma oportunidade para a implementação desta proposta.	
Conforme artigo 1.3.4 do Plano Municipal de Cultura com as diretrizes para os anos de 2013 a 2023: Implementar o Centro de Referência do Negro – CRN , oferecendo oficinas e atendimento em serviços culturais, assistenciais, sociais, comunitários e festejos populares de matriz africana.	
 	Há falta de manutenção da edificação, com redução do quadro de professores (o último concurso fora em 1995). Desde 2016 o número de inscritos nos cursos ofertados reduziu de 1500 para 500.
	Segundo reportagem do Jornal do Comércio, um grupo criado por alunos e professores, chamado Movimento SOS Atelier Livre POA buscou chamar a atenção da Administração. Diante da manifestação e da falta de verbas para intervir no CMC, no ano de 2017, a própria Prefeitura criou um movimento de revitalização com pouco êxito.

Fonte: Elaborado pela autora

5.2 INTERVENÇÃO 2 Áreas abertas:

5.2.1 Localização da área de intervenção 2

Figura 49: Demarcação das áreas abertas – intervenção



Fonte: Google Earth compilação elaborada pela autora

5.2.2 Análise das áreas abertas para matriz FOFA

Figura 50: Planilha análise áreas abertas

 	<p>A Praça Augusto César Sandino está em estado de abandono e sem uso. Não há mobiliário urbano.</p>
	<p>Após o fechamento das áreas externas/minipalco do Centro de Cultura, a Praça ficou sem uso. Lá eram realizadas as festas do Dia das Crianças e Junina da comunidade local.</p>
	<p>As margens do Arroio Dilúvio estão sem qualificação.</p>
	<p>A comunidade possui forte ligação com o Arroio Dilúvio devido à sua história relacionada à Mitologia Africana e Religiosidade e incentiva o cuidado e limpeza na área que fica em frente à Comunidade. Vide APÊNDICE A.</p>
<p>O Arroio depois de muito sofrer com a falta de políticas efetivas passa, lentamente, por processo de recuperação de suas águas. Vide APÊNDICE D.</p>	
<p>O canteiro central da Av. Ipiranga e a Praça Augusto César Sandino fazem parte de programas municipais de incentivo à Adoção (para qualificação e humanização) de Praças e de Verdes Complementares. Vide APÊNDICE E.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora

5.3 INTERVENÇÃO 3 Fachadas das habitações da comunidade Renascença I – futuro quilombo Território Ilhota (frente à Av Ipiranga)

5.3.1 Localização da area de intervenção 3

Figura 51: Demarcação das área da Comunidade - intervenção 3



Fonte: Google Earth compilação elaborada pela autora

5.3.2 Análise das fachadas das habitações para matriz FOFA

Figura 52: Imagens habitações comunidade com frente à Av. Ipiranga

Conforme se pode observar ao passar pela Av. Ipiranga, as moradias da comunidade carecem de revitalização. O Departamento Municipal de Habitação (Demhab) informou que alguns moradores solicitam auxílio para a revitalização de suas casas, no entanto, há dificuldades em atender por falta de verbas.



Fonte: Imagens Google Earth (e autora) com edição da autora

6 DEFINIÇÃO DA PROPOSTA

6.1 Compilação dos dados levantados nas análises da população-alvo e das áreas de intervenção: Matriz FOFA

Figura 53: Matriz FOFA

ÁREA DE INTERVENÇÃO	FORÇAS	FRAQUEZAS
1	A edificação do atual CMC apresenta uma edificação com boa infraestrutura e grande potencial construtivo	A edificação do CMC apresenta áreas sem uso e com problemas de manutenção
		A arquitetura é voltada para o interior
		Não há áreas de lazer em uso
		Não há local para refeições
	O terreno é segregado por gradil	
Grande possibilidade de renovação e fachadas que possibilitam várias formas de intervenção arquitetônica	Edificação e áreas externas não atrativas para visitação	
A nova proposta pode ser inserida no Museu do Percurso Negro que pode potencializar a visitação turística do local e a visibilidade histórico-cultural pretendida com a proposta	Não há referências à Cultura Negra e à importância da história da Ilhota no CMC e a Ilhota não foi incluída no Percurso Negro pois não há ponto referencial para isto.	
2	O incentivo ao cuidado e limpeza das margens do Arroio Dilúvio, educação ambiental já é praticada pela comunidade	Há carência de qualificação de maior abrangência e com maior visibilidade na margem do Arroio
	A Praça possui boa visibilidade e topografia para implantação de áreas de convivência	Após o fechamento da área externa do CMC não houve mais uso da Praça e não há mobiliário urbano
	A qualificação do Arroio que passa por processo de recuperação de suas águas	A carência de qualificação ambiental
3	A Ong comunitária já realizou trabalhos que tiveram resultados positivos na inserção dos jovens no primeiro emprego, por exemplo, mas diante da falta de espaço e da falta de recursos não consegue manter a continuidade.	Não há inserção efetiva dos jovens no uso das dependências do CMC. Os cursos são cobrados, mesmo que seja de custo reduzido faz diferença no orçamento mensal da população de baixa renda.
		Vulnerabilidade social, insegurança, violência, crescimento do narcotráfico e crime organizado.
	Há organização comunitária	Falta espaço físico próprio para as reuniões. Utilizam dependências do CMC sob autorização, não há local certo para os encontros.
		Falta de espaço físico para produção da arte
A questão habitacional dos moradores já foi resolvida	Falta de espaço físico para acolhimento	
		Moradias degradadas ao longo da Av. Ipiranga

ÁREA DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	GERAIS	
	Possibilidade de implementar a proposta através de parceria público-privada	Não há verbas públicas municipais para manutenção da edificação tampouco haverá para implementação da proposta
ESPECÍFICAS		
1	Há diretrizes alinhadas com o Ministério da Cultura para implantação de um Centro Referencial de Cultura Afro em Porto Alegre mas que ainda não foi efetivado A proposta pode ser integrada ao Museu do Percurso Negro - percurso visual com referenciais marcantes da história e cultura afrodescendente.	Não há ameaças específicas
2	O canteiro central da Av Ipiranga faz parte do programa municipal para Adoção de Verdes Complementares incentivando a qualificação e humanização do Arroio Dilúvio A Praça Augusto César Sandino faz parte do programa municipal para Adoção de Praças	
3	A comunidade Vila Renascença I passa por processo de reconhecimento de área quilombola justificando a identidade histórico-cultural da proposta	

Fonte: Elaborada pela autora

6.2 Proposta (a partir da Matriz FOFA)

Dada a relevância do tema justificada no decorrer de todo o estudo (vide também apêndices e anexos) propõe-se **conectar visualmente as três áreas de intervenção qualificando e humanizando os espaços, transformando o local em território com identidade histórico-cultural direcionado à Cultura Afrodescendente, promovendo a sustentabilidade social da população remanescente da antiga Ilhota** - outrora excluída em detrimento do desenvolvimento urbanístico e a expansão imobiliária de Porto Alegre e que apresenta histórica vulnerabilidade social.

Ainda, **com o intuito de fomentar o turismo local, pretende-se incluir a proposta no Museu do Percurso do Negro** - vide ANEXO 1. A Ilhota é o único dos territórios negros da Capital que não faz parte do percurso turístico.

Reiterando a justificativa citamos Joffre Dumazedier - sociólogo francês que compreende o lazer através de suas correlações socioculturais – cujos estudos serviram como embasamento para muitos arquitetos, como Décio Tozzi, na proposta

de revitalização para a Vila Iitororó, em São Paulo, estudo de caso que será apresentado no capítulo 9:

Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para **repousar**, seja para **divertir-se, recrear-se e entreter-se** ou, ainda, para **desenvolver sua informação ou formação desinteressada**, sua **participação social voluntária**, ou sua **livre capacidade criadora**.²³ (DUMAZEDIER, 1979, *grifo da autora*)

A proposta de Re-arquitetura da edificação do atual Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues integrada à proposta de revitalização urbana de seu entorno, convidará, assim, toda a população, para que faça uso do espaço público que é seu.

6.3 Relação entre aspectos abordados e respectivas soluções para as três intervenções propostas

Figura 54: Quadro com as propostas para *minimizar ou potencializar* os aspectos levantados na Matriz FOFA

	ÁREA DE INTERVENÇÃO	PROPOSTA	POTENCIALIZA	MINIMIZA
RE - ARQUITETURA	1	AMPLIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ARTE LUPICÍNIO RODRIGUES	A edificação do atual CMC apresenta uma edificação com boa infraestrutura e grande potencial construtivo	A edificação do CMC apresenta áreas sem uso e com problemas de manutenção A arquitetura é voltada para o interior Não há áreas de lazer em uso Não há local para refeições O terreno é segregado por gradil
			Grande possibilidade de renovação e fachadas que possibilitam várias formas de intervenção arquitetônica	Edificação e áreas externas não atrativas para visitação
			A nova proposta pode ser inserida no Museu do Percurso Negro que pode potencializar a visitação turística do local e a visibilidade histórico-cultural pretendida com a proposta	Não há referências à Cultura Negra e à importância da história da Ilhota
			A inserção dos jovens no convívio social, os retira do ócio e promove a educação em período extra-escola. Insere o jovem à Arte, à curiosidade e à criatividade, à leitura e ao lazer. Solução para esta grande parcela da população local e em vulnerabilidade social. Incentivo ao uso das demais dependências do Centro de Cultura	Vulnerabilidade social, insegurança, violência, crescimento do narcotráfico e crime organizado
			A organização comunitária	Falta de espaço físico para reuniões
		IMPLANTAÇÃO DE SEDE COMUNITÁRIA NA AMPLIAÇÃO PROPOSTA PARA O CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA, ARTE E LAZER LUPICÍNIO RODRIGUES	A sustentabilidade social	Falta de espaço físico para produção da arte Falta de espaço físico para acolhimento recreacional das crianças para que as Mães possam realizar as atividades comunitárias com seus filhos

²³ DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*.1979.

REVITALIZAÇÃO URBANA	2	QUALIFICAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DAS ÁREAS ABERTAS DO ENTORNO DO CENTRO DE CULTURA - CANTEIRO CENTRAL DA AV. IPIRANGA/MARGEM ARROIO DILÚVIO E PRAÇA CÉSAR AUGUSTO SANDINO	O incentivo ao cuidado e limpeza das margens do Arroio Dilúvio, educação ambiental que já é praticada pela comunidade	A falta de uso dos espaços. Após o fechamento da área externa do CMC não houve mais uso da Praça
			A Praça possui boa visibilidade e topografia para implantação de áreas de convivência	Falta de mobiliário urbano
			A visibilidade histórico-cultural do local através da implantação de símbolo aforreferencial remetendo à história da Ilhota/marco para inclusão no Museu do Percurso Negro	Não há referências à Cultura Negra e à importância da história da Ilhota
			A qualificação do Arroio que passa por processo de recuperação de suas águas	A carência de qualificação ambiental
	3	DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DAS FACHADAS DA COMUNIDADE RENASCENÇA I - Futuro Quilombo Comunidade Território Ilhota	A visibilidade histórico-cultural do local	Moradias degradadas ao longo da Av. Ipiranga
			A moradia digna	

Fonte: Elaborada pela autora

7 ASPECTOS LEGAIS

7.1 Índices Urbanísticos²⁴

Para fins de projeto serão respeitadas as normas do Plano Diretor e do Código de Edificações de Porto Alegre (LC n 284) e suas diretrizes gerais. O terreno localiza-se na Macrozona 1, UEU 52, subunidades 3, 5 e 12, quarteirão 073, com regime urbanístico abaixo especificado:

SUBUNIDADE 12:

Densidade Bruta:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓD.	ZONA	DENSIDADE BRUTA – 85% DE CONSOLIDAÇÃO					
			SOLO PRIVADO		SOLO CRIADO		TOTAL	
			hab./ha (moradores + empregados)	econ./ha	hab./ha	econ./ha	hab./ha	econ./ha
INTENSIVA	17	Corredor de Centralidade e de Urbanidade	385	110	105	30	490	140

²⁴ Disponível em: <<http://dmweb.procempa.com.br/dmweb/searchBox.seam>> Acesso em Out. 2018.

Regime de atividades:

cód.	ZONAS de USO
05	Mista 02, centro Histórico

Índice de aproveitamento:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO				QUOTA IDEAL
		IA	SC	TPC	IA MÁXIMO	
INTENSIVA	17	1,9	Sim	Sim	3,0	75m ²

Regime volumétrico:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ALTURA			TAXA DE OCUPAÇÃO
		MÁXIMA (m)	DIVISA (m)	BASE (m)	
INTENSIVA	11	52,00	12,50 e 18,00 ⁽²⁾	4,00 e 9,00 ⁽²⁾	75% e 90% ⁽²⁾

SUBUNIDADE 5

Densidade Bruta:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓD.	ZONA	DENSIDADE BRUTA – 85% DE CONSOLIDAÇÃO					
			SOLO PRIVADO		SOLO CRIADO		TOTAL	
			hab./ha (moradores + empregados)	econ./ha	hab./ha	econ./ha	hab./ha	econ./ha
INTENSIVA	17	Corredor de Centralidade e de Urbanidade	385	110	105	30	490	140

Regime de atividades:

cód.	ZONAS de USO
05	Mista 02, centro Histórico

Índice de aproveitamento:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO				QUOTA IDEAL
		IA	SC	TPC	IA MÁXIMO	
INTENSIVA	17	1,9	Sim	Sim	3,0	75m ²

Regime volumétrico:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ALTURA			TAXA DE OCUPAÇÃO
		MÁXIMA (m)	DIVISA (m)	BASE (m)	
INTENSIVA	09	42,00	12,50 e 18,00 ⁽²⁾	4,00 e 9,00 ⁽²⁾	75% e 90% ⁽²⁾

SUBUNIDADE 3

Densidade Bruta:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓD.	ZONA	DENSIDADE BRUTA – 85% DE CONSOLIDAÇÃO					
			SOLO PRIVADO		SOLO CRIADO		TOTAL	
			hab./ha (moradores + empregados)	econ./ha	hab./ha	econ./ha	hab./ha	econ./ha
INTENSIVA	25	Área Especial	conforme projeto específico				140	

Regime de atividades: Não há especificação

Índice de aproveitamento:

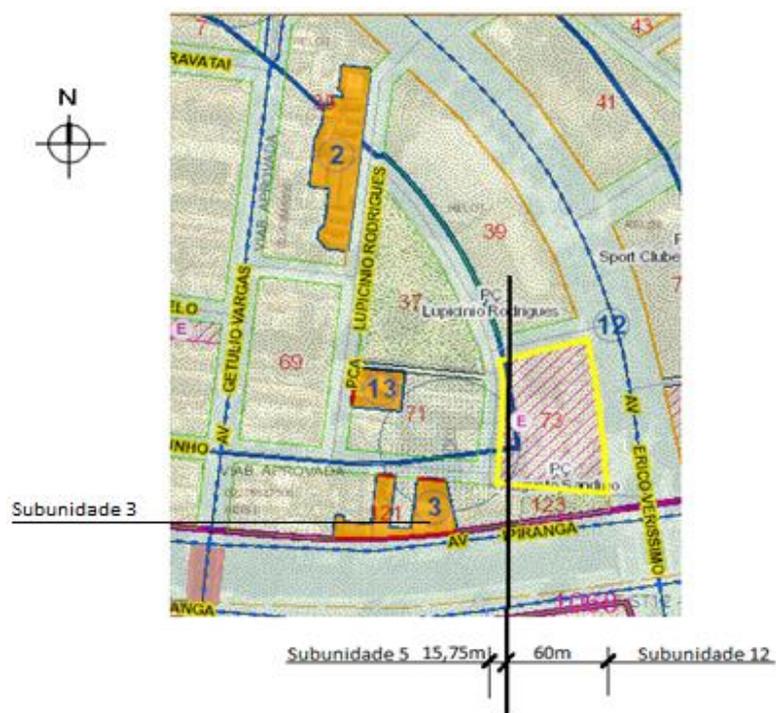
ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO				QUOTA IDEAL
		IA	SC	TPC	IA MÁXIMO	
INTENSIVA	25	Regime urbanístico próprio ⁽²⁾				

(2) O Índice de Aproveitamento não poderá ser maior que 2,5.

Regime volumétrico:

ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ALTURA			TAXA DE OCUPAÇÃO
		MÁXIMA (m)	DIVISA (m)	BASE (m)	
INTENSIVA E RAREFEITA	25	Regime urbanístico próprio ⁽²⁾			

Figura 55: Mapa do regime urbanístico das área de intervenção



Fonte: Dmweb – Procempa com edição elaborada pela autora.

O terreno em estudo possui área de 6.262m², assim sendo, a taxa de ocupação máxima na base (90%) na base totaliza 5.635,80m² e no corpo (75%) totaliza 4.696,50m². A metragem aproximada de ocupação da base da edificação existente totaliza 2.340m² equivalente a 37,36%. O índice de aproveitamento é de 1,9, totalizando a metragem de 11.897,80. Conforme planilha de áreas da edificação existente, a metragem já utilizada é de 3.810,22. Resta a metragem máxima de 8.087,22 m² para a proposta da nova edificação.

Alinhamentos:

Rua Mal. Setembrino de Carvalho

Av. Érico Veríssimo

e Mal. Rolim

SISTEMA DE CIRCULAÇÃO

Alinhamento 02,50m do meio-fio

Largura do logradouro 14,00m

Pavimentação do passeio conforme decreto 17.302/2011

SISTEMA DE CIRCULAÇÃO

Alinhamento 04,50m do meio-fio

Largura do logradouro variável

Pavimentação do passeio conforme decreto 17.302/2011

7.2 Normas Complementares:

Normas que serão atendidas no desenvolvimento da proposta:

- Normas de proteção contra incêndio

Para as definições de projeto de Re-arquitetura do Centro Municipal de Cultura quanto à segurança contra incêndios na edificação, serão consultadas a Norma Brasileira NBR 9077- Saídas de Emergência e a Lei Complementar nº 14.376/2013 e Decreto nº 51.803/2014 que regulariza a Lei Kiss. Com base no Decreto nº 51803/2014 as atividades a serem desenvolvidas estão abaixo listadas:

E Educacional e cultura física

E-2 Escola especial Escolas de artes e artesanato, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira, escolas religiosas e assemelhados;

F Local de Reunião de Público

F-1 Local onde há objeto de valor inestimável Museus, centro de documentos históricos, galerias de arte, bibliotecas e assemelhados;

F Arte cênica e auditório

F-5 Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados

- Normas de acessibilidade universal aos espaços de uso

Objetivando a acessibilidade universal no projeto proposto, será seguida a Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050/94.

A norma será consultada no decorrer do desenvolvimento do projeto com a determinação de passagens e dimensões mínimas, sinalizações e equipamentos previstos tanto para os espaços construídos quanto para os espaços abertos.

- Normas de provedores de serviço de eletricidade, telefone e água

As empresas responsáveis pelo fornecimento de serviços são: Energia Elétrica - CEEE; Água - DMAE; Esgoto - DMLU; Telefonia e Lógica - Oi, NET, entres outras;. Estatutos e procedimentos serão consultados junto às empresas caso haja necessidade.

- Plano Municipal de Cultura - LEI Nº 11.911, de 15 de setembro de 2015. Vide **APÊNDICE B**.

8 ASPECTOS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

8.1 Autorização para Intervenção em Área Pública

Conforme orientação da Dra. Betânia Alfonsín, é através do instituto da afetação que se pode destinar uma área pública. É uma decisão política que autorizará a pretensa intervenção da proposta através de um ato administrativo.

8.2 Forma de Implementação do Projeto

Conforme a Lei Municipal 9.875 de 8 de dezembro de 2005, Capítulo II - DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA:

Art. 5º Pode ser objeto de parceria público-privada:

III – a construção, a **ampliação**, a **manutenção**, a **reforma** e a **gestão de instalações de uso público em geral**, bem como de vias públicas e de terminais municipais, incluídas as recebidas em delegação, do Estado ou da União.

8.3 Descrição dos Componentes de Investimento e Fontes de Recursos para Projetos Urbanísticos

Como verificado não há verbas públicas disponíveis e previstas para manutenção da edificação, tampouco haverá para realizar tamanha intervenção proposta, sugere-se para tanto, a realização de Parceria Público-Privada através de contrapartidas negociadas entre o ente investidor e o ente público.

Figura 56: Componentes de Projetos Urbanísticos passíveis de investimento por PPP (Parceria Público-Privada)



Fonte: LUANA P. BETTI, Especialista em Economia Urbana. Curso: Como criar Modelos de Negócios para DOTS - WRI Ross Centro para Cidades Sustentáveis.

Figura 57: Fontes de Recursos por PPP (Parceria Público-Privada)

<p>Subsídios monetários</p> <ul style="list-style-type: none"> • Doação monetária direta. Ex. programas federais dos EUA 	<p>Incentivos em espécie</p> <ul style="list-style-type: none"> • Doação de terrenos • Transferência do direito de construir: permissão aos proprietários de terrenos/imóveis a exercer em outro local o direito de construir. • Contrapartidas negociadas: contrapartida do impacto de empreendimento privado mediante contribuições diretas ou indiretas ao desenvolvimento.
<p>Isonções tributárias e descontos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduções (ou outras condições favoráveis) que reduzem o custo total incentivos fiscais, dívida com condições favoráveis 	

Fonte: BETTI, L. - WRI Ross – Desenvolvimento para Cidades Sustentáveis.

9 REPERTÓRIO

Sobre a invenção compositiva utilizando precedentes no projeto arquitetônico citamos parte do artigo de Rogério de Castro Oliveira:

Numa acepção corrente, o precedente constitui o modelo a partir do qual se dá forma, por adaptação, ao projeto. [...] justificado por uma história que o conecte, na condição de objeto produzido no curso dessa evolução, a uma produção que, do passado, conforma, ou modela, a produção no presente.²⁵

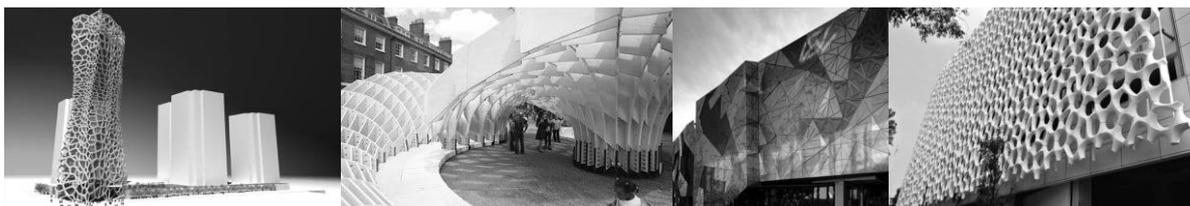
A ideia para a composição projetual é relacionar a Arte à Arquitetura. A edificação e as áreas abertas serão conectadas inserindo o espectador (que circula pelas vias do sítio urbano), o usuário (que ocupa o espaço para seu lazer e desenvolvimento) e o visitante (turista) em uma experiência multissensorial, inspirando, surpreendendo e educando. Segundo Pallasmaa:

[...] uma obra de arquitetura não é experimentada como uma série de imagens isoladas na retina, e sim uma essência material, corpórea e espiritual totalmente integrada. Ela oferece formas e superfícies agradáveis e configuradas para o toque dos olhos e dos demais sentidos, mas também incorpora e integra as estruturas físicas e mentais, dando maior coerência e significado a nossa experiência existencial (PALLASMAA, 2011, p.11).

9.1 Arquitetura Fractal

Com o intuito de ressignificar a edificação do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues, serão utilizados elementos formais e/ou materiais que remetam à Arquitetura Fractal. Esta Arquitetura é muito utilizada em ‘cascas’ e elementos vazados, atualmente, como exemplos abaixo:

Figura 58: Arquitetura Fractal



Fonte: Pinterest

²⁵ Disponível em: <<http://anparq.web965.uni5.net/index.php/revista-thesis/article/view/45>> Acesso em: 04 nov. 2018.

9.2 Materiais da Arquitetura Africana

Segundo diversas informações encontradas no site Arte da África, a **Arquitetura Africana** também remete ao uso de **materiais rústicos** e que conectem à Natureza (Arquitetura Vernacular) como: **madeira, terracota, pedras e metais**. Outros materiais advindos da produção artesanal como: **tecido, corda e lona**, bem como **objetos e máscaras decorativas esculpidas** e o uso de **cores intensas**.

A Arquitetura Vernacular Africana vai ao encontro da Arquitetura Orgânica aplicada por Frank Loyd Right que veremos no estudo de caso do Teatro Jean Claude Carrière– Capítulo 9.

9.3 Composição arquitetônica para espaços expositivos

Conforme estudo de Márcia de Oliveira Melo e Sandra Paschoal L. de Camargo Guedes²⁶, para compor **espaços expositivos multissensoriais**, como museus e galerias de arte, faz-se necessário abordar alguns aspectos na composição arquitetônica:

- Ritmo e movimento;
- Texturas, cor, luz e sombra;
- Escala humana;
- Ambiente interativos cênicos.

9.4 Referenciais de materiais e soluções projetuais

A partir destas informações foram definidos referenciais a serem utilizados na proposta arquitetônica.

Figura 62: Paineis (móveis e/ou fixos) em aço corten (perfurado e/ou sólido).
Detalhe no projeto luminotécnico

²⁶ Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MBi4kPExl1cJ:revistamuseologiaepatrerevis.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/622/643+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>

Acesso em: 01 nov. 2108.



Fonte: Pinterest

Figura 63: Visão interna e externa do Teatro Jean Claude Carrière –
Enfoque na estrutura em madeira com vidros termoacústicos

Fonte: Pinterest

Figura 64: Vitrais do Aeroporto Internacional de Miami



Fonte: Site Designboom

Figura 65: Laje maciça concreto rústico aparente



Fonte: Pinterest

Figura 66: Pilares - Museu AfroBrasil



Fonte: Archdaily

Figura 67: Serão mantidas algumas áreas com os tijolos terracota da edificação existente (que serão determinadas à posteriori)



Fonte: Autora

Figura 68: Gabiões



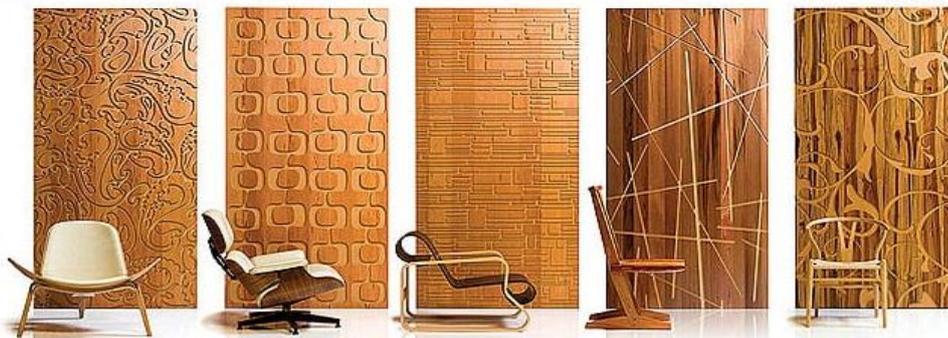
Fonte: Pinterest

Figura 69: Paredes internas com textura esculpida



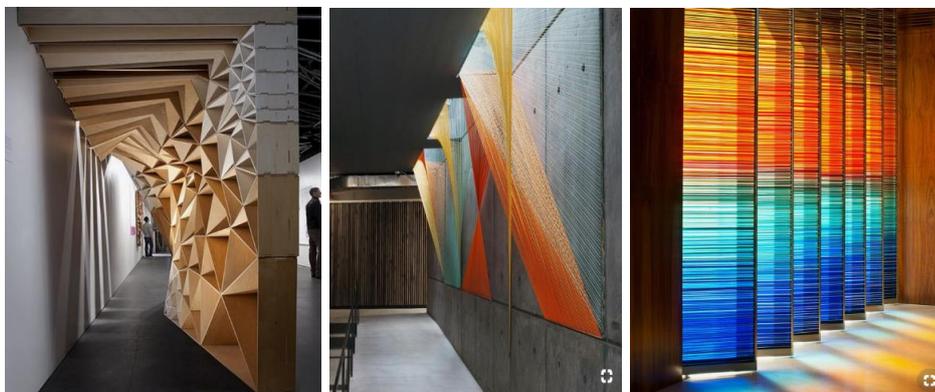
Fonte: Pinterest

Figura 70: Painéis de revestimento em madeira esculpida



Fonte: Pinterest

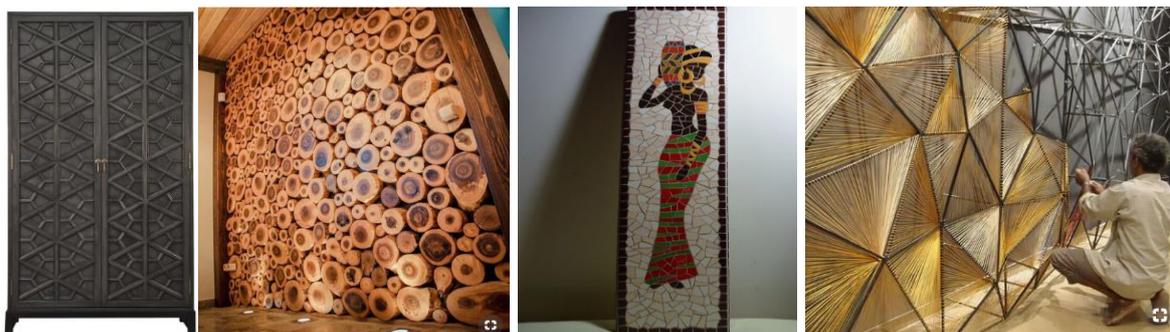
Figura 71: Fractais, concreto, madeira, corda, cor, luz e sombra



Fonte: Pinterest

Também se pretende inserir a comunidade e novos artistas na execução das propostas de design para o novo espaço arquitetônico, com a supervisão dos professores utilizando as dependências (fornos e salas de produção) da Escola de Arte Atelier Livre.

Figura 72: Mobiliário e design em madeira, mosaicos e cordas



Fonte: Pinterest

Figura 73: Referenciais para o café literário que será implantado com área externa interligada



Fonte: Deezen

Figura 74: Referenciais para sala interação ambiente cênico e iluminação zenital e sala multimídia



Fonte: Pinterest

Figura 75: Referenciais para o Ponto Sociocultural: Teatro Jean Claude e arquitetura industrial com sistemas de dutos aparentes



Fonte: Archdaily

Para promoção da educação ambiental e sustentabilidade seguem referenciais (o paisagismo será definido *à posteriori*):

Figura 76: Referencial para fachadas verdes



Fonte: Pinterest

Figura 77: Referencial para uso na Praça Augusto César Sandino
Jardim Sensorial – Jardim Botânico Rio de Janeiro

Fonte: Pinterest

Figura 78: Uso da topografia para implantação escadas e bancos com iluminação na Praça e margem do Arroio



Fonte: Pinterest

Figura 79: Coleta pluvial para irrigação do paisagismo



Fonte: Pinterest

Figura 80: Referencial para mobiliário urbano



Fonte: Delazzari

Figura 81: Concreto luminoso nos caminhos das áreas abertas



Fonte: Archdaily

10 ESTUDOS DE CASO:

10.1 Vila Itororó

Localização: Bairro Bela Vista (Bexiga), SP.

História: O empreiteiro português Francisco de Castro foi quem, entre 1922 e 1929, construiu a Vila Itororó. Um conjunto de 37 casas com a casa 'senhorial'. Foi construída em etapas e edificadas com sobras do material (e, portanto, já naquela época Castro adotou posturas de sustentabilidade) do antigo Teatro São José, destruído por um incêndio no final do século 19 – as colunas gregas e outros elementos utilizados no palacete seriam remanescentes do prédio do teatro. Castro também construiu junto ao palacete uma piscina, que era abastecida com água do riacho Itororó, depois canalizado sob a Av. 23 de Maio. Após a morte de Castro,

seus credores doaram o conjunto a Santa Casa de Indaiatuba e acabou se tornando um local de habitação coletiva de caráter temporário infra-humano com a degradação do local.

Projeto: Após o tombamento da edificação em 2010, a Vila passa atualmente por um processo de restauração e renovação, fruto de uma parceria da Prefeitura com a iniciativa privada. O Arquiteto Décio Tozzi é o responsável por reinserir o espaço na capital paulista, criando um novo complexo de lazer e cultura para a população.

Conforme definição do arquiteto:

Tivemos em mente uma proposta para redestinar o local no contexto do projeto de revitalização urbana da área, cientes de que em nossos dias, no que concerne às aglomerações urbanas, esse é um objeto de preocupação e estudos de planejamento. (Série Cadernos Brasileiros de Arquitetura, Volume 4, p.70)

Figura 82: Imagem original Vila Itororó



Fonte: Site Arcoweb²⁷

Figura 83: Compilação de imagens da Vila Itororó antes da revitalização



Fonte: Site Archdaily

²⁷ Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/canteiro-obras-vila-itororo-sp-sera-aberto-visitacao>> Acesso em: 12 out. 2018

A vila se tornará um centro cultural habitado a partir da entrega da obra que já foi iniciada e é acompanhada pela comunidade. O local possui um centro cultural comunitário em caráter temporário que é denominado por Vila Itororó Canteiro Aberto. A comunidade participa e opina de todas as etapas de decisões sobre a obra.

Conforme o site²⁸:

A Vila Itororó foi um lugar de moradia e lazer e, hoje, está esvaziada dos seus moradores, a principal questão que vem à tona é como ela pode voltar a ser habitada. De que formas é possível estar presente neste local, respeitando a sua escala doméstica original? Que usos guardam as tipologias arquitetônicas? Qual a vocação de cada um desses espaços? Como tornar um centro cultural habitado? Utilizando como inspiração e como vocabulário os cômodos de uma casa, o projeto Vila Itororó Canteiro Aberto pretende debater e experimentar as diferentes formas de se habitar a Vila – e de se habitar a cultura -, por meio de oficinas, rodas de conversa, sessões de cinema, festividades e outros usos.

Figura 84: Encontro do Vila Itororó Canteiro Aberto



Fonte: Instituto Goethe

Figura 85: Proposta do Arquiteto Décio Tozzi que está sendo implantada na Vila Itororó



Fonte: Revista Casa e Jardim

*Não foram encontrados maiores dados sobre o projeto arquitetônico

²⁸ Disponível em: <<http://vilaitororo.org.br/como-habitar-a-vila/>> Acesso em: 15 out. 2018.

Conforme Instituto Goethe:

A Vila Itororó é um convite para pensar de forma concreta e coletiva a cidade que queremos. Uma cidade diversa, aberta, não pautada apenas pelo negócio, mas que possa ser o nosso bem comum, onde a cultura abraça e reinventa não apenas práticas artísticas, mas também o que entendemos por lazer, por meio ambiente, por moradia, por viver juntos.

10.2 Teatro Jean-Claude Carrière

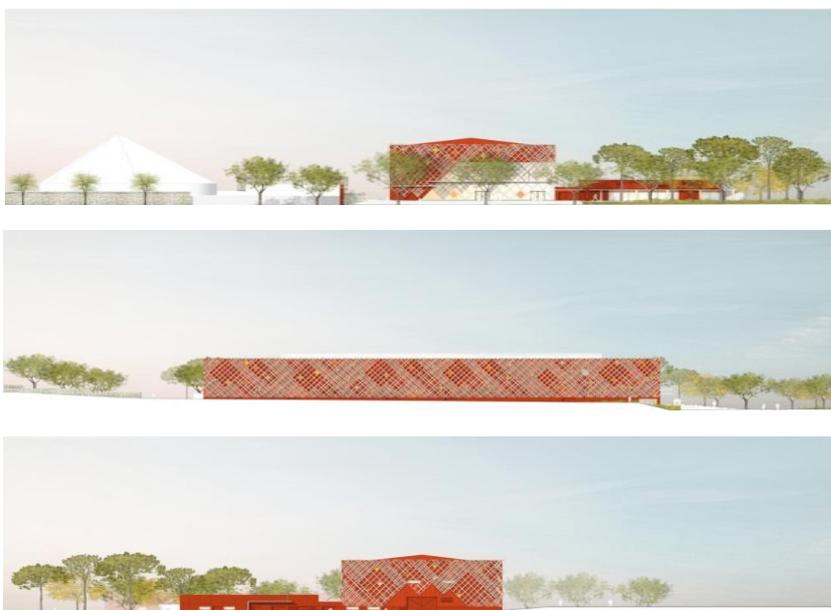
Localização: Montpellier, França

Área: 2620.0 m²

Ano do projeto: 2013

Projeto: A construção tomou forma em 2013²⁹, com uma fachada vermelha impactante e losangos feitos de madeira. O projeto foi solicitado pelo governo local, pois o Teatro Municipal já estava no limite de sua capacidade. O novo Teatro fora construído de forma modular com estrutura desmontável e sustentabilidade nos materiais utilizados, utilizando a Arquitetura Orgânica no desenvolvimento do projeto.

Figura 86: Fachadas da edificação do Teatro Jean-Claude Carrière



Fonte: Site Archdaily compiladas pela autora.

²⁹ Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-156893/teatro-jean-claude-slash-a-plus-architecture>> Acesso em: 15 out. 2018.

A busca por integrar a natureza aos espaços internos e externos de construções não é algo recente. Esse estilo, conhecido como **Arquitetura Orgânica**, foi estruturado pelo arquiteto norte-americano **Frank Lloyd Wright**, com o intuito de adaptar o projeto para que ele dê a impressão de ter surgido dentro do ambiente. Dessa forma, a obra é considerada um organismo vivo, com elementos que respeitam a natureza e aprimoram as características básicas da construção (iluminação, ventilação e ambiente natural, por exemplo).³⁰

Figura 87: Fotografia da fachada principal do Teatro Jean-Claude



Fonte: Site Archdaily

Uma praça com áreas verdes e de convívio convidam os visitantes a fazer uso do local e a conhecer a estrutura do Teatro.

Figuras 88: Compilação fotográfica enfocando a relação interior-exterior do Teatro Jean-Claude



Fonte: Site Archdaily compilação elaborada pela autora

Outro fator relevante é a espessura dos materiais empregados, escolhidos para garantir o conforto térmico e acústico. O aproveitamento das condições naturais é tão eficaz que a edificação dispensa ar-condicionado.

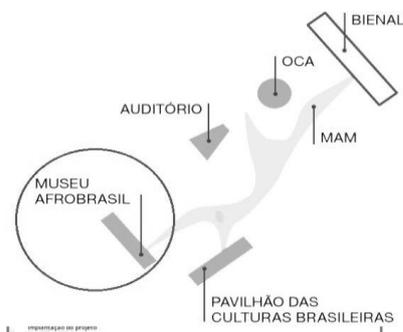
³⁰ Disponível em <<https://archtrends.com/blog/arquitetura-organica>> Acesso em: 15 out. 2018.

Desde o início, o projeto prezava pela minimização de impacto ambiental, do consumo de materiais às operações cotidianas, usando duas vezes menos energia em comparação a uma obra comum destas dimensões (2620 m²). Inclusive, todo o esquema de iluminação é feito em LED, resultando em um espaço cultural ecologicamente correto.³¹

10.3 Museu Afro Brasil – Parque Ibirapuera

Localização: Av. Pedro Álvares Cabral, Parque Ibirapuera

Figura 89: Localização do Museu AfroBrasil no Complexo do Parque Ibirapuera



Fonte: Site Archdaily³²

Área: 11.000 m²

Projeto inicial do Arquiteto Oscar Niemeyer (1953) com Re-arquitetura interna dos Arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci (2004).

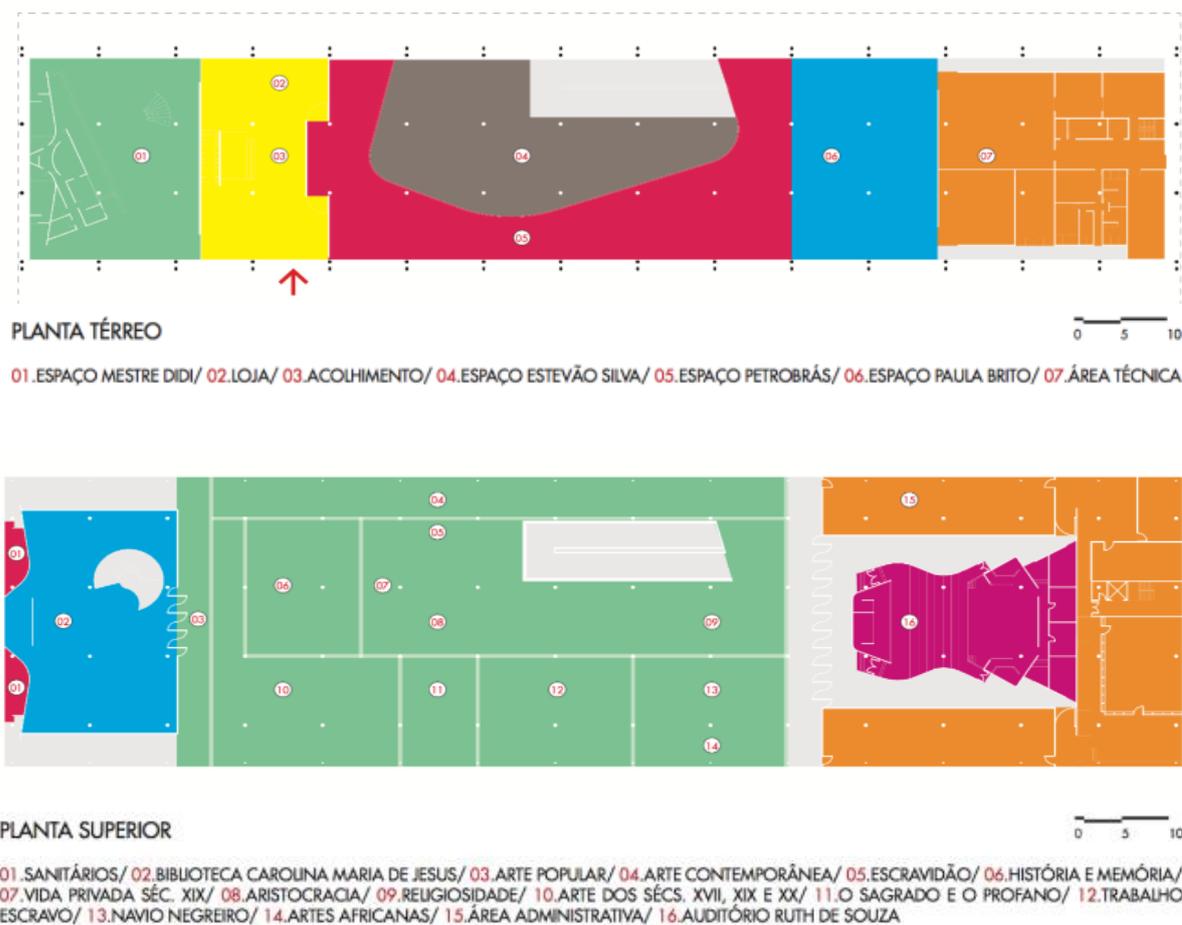
Conforme informações do site Museu Brasil, O Museu Afro Brasil, está instalado no Pavilhão Manoel da Nóbrega (Antes Pavilhão das Nações). A construção faz parte do conjunto arquitetônico projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer no Parque do Ibirapuera . Tem como objetivo preservar e disseminar a cultura africana e afro-brasileira através da história, memória e arte. Pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas fazem parte da coleção composta por mais de 4.000 obras. A resistência africana à escravidão, as influências africanas na fé cristã e os objetos e trajes representativos de sua própria religiosidade são algumas das questões abordadas pelo museu. Abriga manifestações artísticas em diversas linguagens - cinema, fotografia, música, dança

³¹ Disponível em: <<https://www.hometeka.com.br/inspire-se/teatro-jean-claude-carriere/#jp-carousel-24884>> Acesso em: 16 out. 2018.

³² Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>> Acesso em: 16 out. 2018.

e teatro oferecendo cursos e palestras nestas áreas. Seu idealizador foi o artista plástico Emanuel Araújo, também escolhido curador da instituição.

Figura 90: Plantas baixas do Museu Afro Brasil com localização dos espaços



Fonte: Site Museu Brasil³³

Figura 91: Visão externa do Museu Afro-Brasil



Site Museu Brasil

³³ Disponível em: <<http://museubrasil.org/es/museu/museu-afro-brasil>> Acesso em: 18 out. 2018.

Figura 92: Fachada Museu Afro Brasil



Figura 93: Pilares- Museu AfroBrasil



Fonte: Site Museu Brasil

Figura 94: Visuais internas do Museu Afro-Brasil



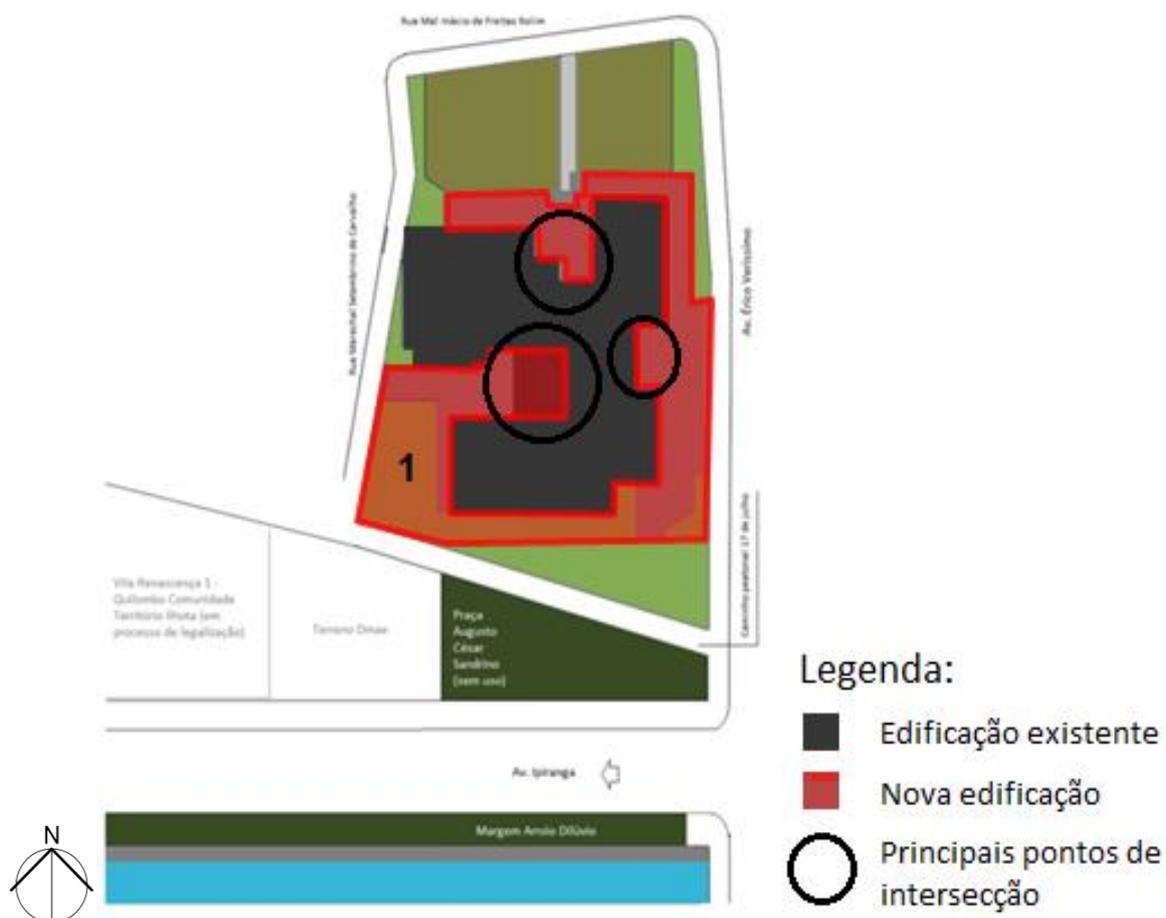
Fonte: Site Museu Brasil – compilação elaborada pela autora

11 DEFINIÇÕES DO PROGRAMA:

11.1 Definição prévia da área de abrangência da intervenção 1 – Re-arquitetura da edificação do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues

Após o estudo podemos chegar a uma prévia da área de abrangência da nova edificação que priorizará o entorno e o núcleo interno (área sem uso conforme estudo de zoneamento e compatibilidades). Com esta relação novo-antigo conseguimos dar uso a todos os espaços viabilizando a conexão interior-exterior da edificação proposta com as áreas abertas, que também serão intervindas. O programa de necessidades será definido na próxima etapa.

Figura 95: Imagem demonstrando a área da edificação existente, a pré-definição da área da nova edificação e principais pontos de intersecção

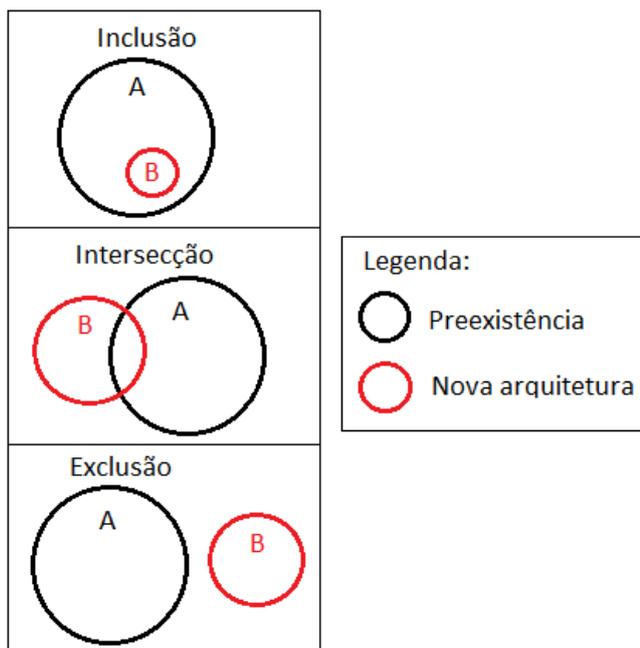


Fonte: Elaborada pela autora.

11.2 Análise do grau de interferência da nova proposta na edificação existente

Segundo a doutrina de Gracia (1998)³⁴ existem três tipos de intervenção sobre uma arquitetura existente - relação antigo-novo/re-arquitetura:

Figura 96: Esquema gráfico das relações de inclusão, intersecção e exclusão



Fonte: Gracia (1998) com edição elaborada pela autora

O grau de interferência de uma intervenção de re-arquitetura pode ser definido³⁵:

- Radical: quando os novos elementos intencionalmente contrastam com o existente, pelas intenções projetuais ou tratamento a nível de material, cor, textura, etc. Há um choque em termos formais paralelo ao de termos funcionais.
- Equilibrado: quando se procura associar harmonicamente os acréscimos ou modificações ao que já existe, o que pode ser feito através da repetição de tipos, unificação de motivos e tratamento cromático, mas nunca de maneira dissimulada, isto é, promovendo algum tipo de "falsificação" da obra.

³⁴ Material de aula disponibilizado pela Me. Arq. E Urb. Roberta Bertoletti em 2018/01 - Projeto Arquitetônico V – Faculdade São Francisco de Assis.

³⁵ Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semexatas/article/viewFile/3200/2681>> Acesso em: 02 nov. 2018

- Sutil: quando há um respeito completo ao que existe previamente, tanto em função dos novos componentes sugeridos como dos novos usos previstos. Muitas vezes, é bastante difícil identificar o que foi reformulado.

Diante destes conceitos da configuração da nova edificação sobre a existente e do uso de materiais e referenciais projetuais diversos para composição formal, conclui-se que a proposta se caracteriza pela **intervenção de intersecção** e o grau de interferência oscilará entre **equilibrado e radical**.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Da invisibilidade à regularização Fundiária**. UFRGS. Dissertação – Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

Cadernos Brasileiros de Arquitetura 4 – **Arquiteto Décio Tozzi** – Editora Projeto. 1980.

DA SILVA, Cosme de Assis. **Lomba do Futuro: Uma iniciativa de Educação Ambiental**. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental. Centro universitário La Salle. Porto Alegre, 2006.

DA SILVA, Jones Lopes. **No último minuto**, Porto Alegre. 2011.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. 1979.

FURTADO, C. R. **Gentrification: uma anatomia do conceito**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2013

KERPEN, Karina dos Reis: **Cidade e o elemento natural: o parque marinha do Brasil e as políticas públicas do verde em Porto Alegre (1960-1970)** Porto Alegre: PUCRS, 2011. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

LEMOS, Marília Roennau. **O urbanismo em Porto Alegre no Jornal Correio do Povo, durante o Estado novo**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BERTOLETTI, Roberta. Aula disponibilizada em 2018/01 - Projeto Arquitetônico V – Faculdade São Francisco de Assis. **Conceitos de intervenções arquitetônicas: Re-arquitetura**.

Pesquisa Comunicarte – PROPAR/UFRGS. **Ilhota**. 2016.

SANTOS, Irene. **Colonos e quilombolas**. Porto Alegre. 2010

SOUZA, Anita Silva de. **Projeto Renascença: um plano de intervenção urbana em Porto Alegre na década de 1970**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APÊNDICE A - Práticas da Ong comunitária

Para conhecimento e valorização da organização comunitária vale ressaltar algumas ações pontuais da ONG da Vila Renascença I – futuro Quilombo Comunidade Território Ilhota.

Figura 97: Capa do livro com depoimentos dos descendentes contando a história da antiga Ilhota (realizado pela Comunicarte em conjunto com a UFRGS)



... o toque do tambor soará novamente por toda Ilhota e será ouvido pelas novas gerações como um grito de libertação e resistência ...

Texto do livro Ilhota, que relata o processo da História da Ilhota sob a ótica dos moradores e seus descendentes.

Fonte: Imagem retirada do próprio livro com edição da autora.

Figura 98: Compilação de imagens das oficinas de cerâmica e mosaico para revitalização da escada que liga a Av. Ipiranga à Rua 17 de junho, postes e canteiros.





Fonte: Fotografias de Fernanda Lenzi compiladas pela autora.³⁶

A comunidade possui uma forte ligação com o Arroio Dilúvio dada a história e proximidade das casas com suas águas e é nas suas margens que a comunidade faz pequenas ações em prol da Educação Ambiental com plantio de flores, colocação de balanço para uso do espaço e embelezamento.

Figura 99: Imagens das atividades da comunidade no plantio às margens do Arroio Dilúvio



Fonte: Perfil em rede social da Comunidade³⁷

³⁶ Disponível em: <<https://fernandalenzi.art/portfolio/territorio-ilhota>> Acesso em: 05 ago. 2018.

³⁷ <https://www.facebook.com/comunidadeillhota> Acesso em: 12 jun. 2018.

APÊNDICE B: Diretrizes públicas direcionadas à Cultura Afrodescendente

Porto Alegre possui uma longa trajetória em políticas públicas de incentivo à cultura, sediando conferências

sobre o tema durante vários anos. Em 2013 foi criado o Plano Municipal de Cultura - LEI Nº 11.911, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015 - onde foram compilados os estudos realizados nestas conferências fornecendo diretrizes para o setor nos próximos 10 anos, até 2023. Os debates se aprofundaram sobre a inclusão da Cultura Negra nas políticas públicas. Com relação ao tema foram incluídos, neste Plano, os artigos com as seguintes diretrizes (*ipsis litteris*):

1.3.4. Implementar o Centro de Referência do Negro – CRN, oferecendo oficinas e atendimento em serviços culturais, assistenciais, sociais, comunitários e festejos populares de matriz africana.

5.1.16. Elaborar, em parceria com o Gabinete do Povo Negro e as entidades que representam a comunidade cultural negra, um prêmio que contemple projetos nas áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória, direcionados especificamente ao povo negro.

6.3.20 Garantir a realização de oficinas de Capoeira nas 17 regiões, assegurando que as oficinas proporcionem resgate cultural histórico e afirmação da identidade do povo negro.

APÊNDICE C - Escola Atelier Livre

A Escola Atelier Livre, que compõe o Centro Municipal de Cultura, existia desde 1961 mas não tinha sede própria. Diante das várias mudanças para sedes temporárias por que passou o Centro Municipal de Cultura fora pensado, primeiramente para atender a esta necessidade, encontrar uma sede definitiva para a escola.

A Escola de Arte é considerada a maior entidade não-universitária do Brasil. Seu fundador e primeiro diretor foi Xico Stockinger, artista plástico austríaco, naturalizado brasileiro. Xico destacou-se como um dos principais escultores modernos brasileiros. Também atuou como gravurista, fotógrafo, chargista, artista gráfico e gestor cultural.

Foi após a experiência em um curso ministrado por Iberê Camargo – grande referência para a arte gaúcha e brasileira e que era contrário ao academismo vigente à época nas escolas de Belas Artes - que Xico idealizou um espaço de arte em oposição ao ensino acadêmico do Instituto de Belas Artes (atual Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) fazendo nascer o Atelier Livre. A influência do pensamento livre de Iberê e Xico ainda têm é transmitida no ensino atual.

Figura 100: Xico Stockinger



Fonte: Revista Veja SP³⁸

Figura 101: Iberê Camargo



Fonte: Site do artista³⁹

³⁸ Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/atracao/xico-stockinger>> Acesso em: 26 out. 2018.

³⁹ Disponível em: <<http://iberecamargo.org.br/o-artista>> Acesso em: 28 out. 2018.

APÊNDICE D - Plano de ação para recuperação do Arroio Dilúvio

Um dos maiores problemas ao longo da transformação histórica da urbe é a recuperação de arroios e rios que circundam áreas urbanas.

Em Porto Alegre, como visto no decorrer do trabalho, o Arroio Dilúvio sempre foi motivo de preocupação por parte dos urbanistas, desde antes de sua canalização.

O Dilúvio tem sua nascente no Parque Saint Hilare em Viamão escoando no Lago Guaíba, no sentido Leste-Oeste, em uma extensão de 17.605 quilômetros. Na sua foz é captada cerca de 50% de toda água que abastece a Capital gaúcha. O arroio é um escoadouro natural das águas pluviais e receptor de águas servidas geradas por 446 mil habitantes além de receber um grande volume de detritos que reduz sua capacidade de vazão pelo assoreamento de sua calha.

Em 2012, um estudo realizado entre a UFRGS, a PUCRS, a Prefeitura de Porto Alegre e a Prefeitura de Viamão gerou o Programa de Recuperação da Bacia do Arroio Dilúvio⁴⁰. A ação começou com uma visita à Coreia do Sul, do então Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro e dos representantes reitores das universidades envolvidas para conhecer o processo de revitalização do Arroio Cheonggyecheon. O projeto foi realizado com a recuperação das águas do Arroio e integrado às comunidades locais através da criação de um espaço público planejado, com tecnologia de iluminação e sonorização, bares, museu, além de áreas de cultura e lazer.

Figura 102: Arroio Cheonggyecheon – Coreia do Sul



Fonte: Preservenet

⁴⁰ Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=287> Acesso em: 28 out. 2018.

Estimou-se que a revitalização dos 17 quilômetros do Arroio Dilúvio chegaria a R\$ 500 milhões e duraria cerca de quatro anos⁴¹.

Como não houve, até o momento, verba disponível para implementação do projeto, processos com custo reduzido estão sendo implementados como o desassoreamento constante do canal do Arroio Dilúvio e a implantação de barreira ecológica para represamento e coleta diária de resíduos sólidos na confluência do arroio com o Lago Guaíba.

Figura 103: Coleta de resíduos no Arroio Dilúvio- ecobarreira



Fonte: Site G1 e fotografia de Cibele Carneiro

Em julho deste ano foi instalado, na esquina da Av. Borges de Medeiros com a Av. Ipiranga, um painel de led que foi apelidado de 'lixômetro', para informar a quantidade de lixo recolhido no Arroio Dilúvio.

Além disto, recentemente, a Prefeitura lançou o Programa de Adoção de verdes complementares (vide **APÊNDICE E**) incentivando a revitalização da área do Arroio através de Parceria Público-Privada.

⁴¹ Disponível em: <<https://jornalismoambiental.uniritter.edu.br/?p=595>>. Acesso em: 30 out. 2018.

APÊNDICE E – Programas municipais de adoção de praças e verdes complementares

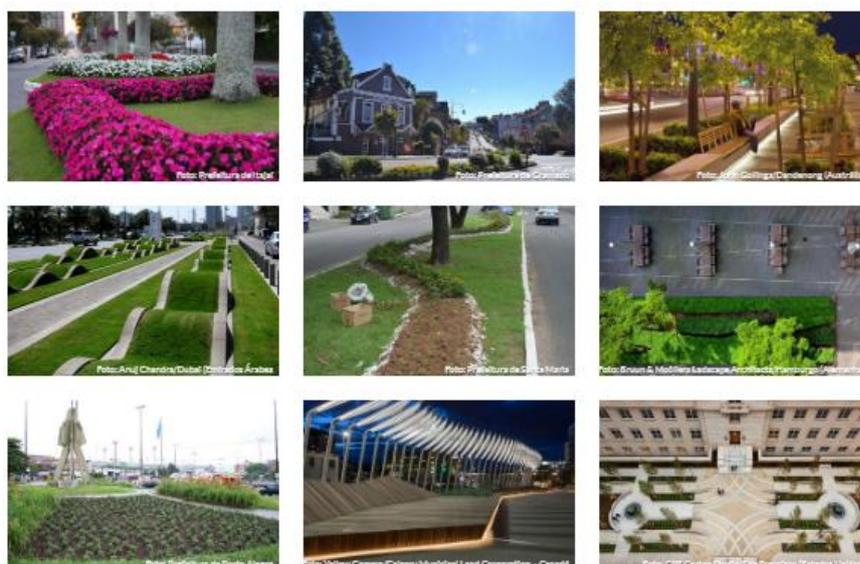
O Programa Adote uma Praça⁴² é um programa simples que permite a qualquer entidade civil assumir a responsabilidade de urbanizar e manter áreas verdes públicas do município. O assunto está regulamentado através da Lei Complementar 618, de 10 de junho de 2009, que revoga a Lei Complementar nº 136, de 22 de julho de 1986.

O Programa de Incentivo à Adoção de Verdes Complementares é regulada pelo Decreto Municipal 19.950 de 12 de março de 2018, que regulamenta a adoção de verdes complementares vinculados ao sistema viário.

O site da Prefeitura Municipal conceitua e exemplifica com imagens de intervenções possíveis de serem implantadas às margens do Arroio.

Verdes complementares são as rotatórias e os canteiros centrais de ruas e avenidas. São espaços de caráter público que contribuem com a preservação da vegetação, permeabilidade do solo, trânsito de pedestres e veículos, manutenção do equilíbrio do microclima, combate à poluição visual e promoção do bem-estar das pessoas.

Figura 104: Referenciais indicados pela Prefeitura para qualificação e humanização do canteiro central da Av. Ipiranga, margens Arroio Dilúvio.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal⁴³

⁴² Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=161>> Acesso em: 23 out. 2018.

⁴³ <https://alfa.portoalegre.rs.gov.br/smsurb/projetos/verdes-complementares>> Acesso em: 30 out. 2018.

ANEXO 1 - Museu do Percurso do Negro

Conforme site⁴⁴, segue descrição total do Programa:

O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre é um projeto que busca dar visibilidade à comunidade afrobrasileira com a instalação de obras de arte em espaços públicos da cidade.

Formação

O desenvolvimento partiu de uma construção coletiva da comunidade negra local, onde sua falta de representatividade no patrimônio cultural remetia à invisibilidade social desta parcela da população. O projeto estabelece visualização e fruição de espaços marcantes para a etnia negra do ponto de vista da memória, da identidade e da cidadania, gerando percursos através da construção de obras públicas que referendem a passagem dos ancestrais por lugares territorializados pela comunidade negra na cidade de Porto Alegre. Paralelamente à construção das obras de arte públicas, a equipe do Museu mantém cursos de formação para jovens monitores, já tendo realizado duas edições, sendo a primeira na Escola de Saúde Pública em 2009 e a segunda no Quilombo do Areal em 2014.

Execução

O projeto se constitui através da colaboração de diversas entidades do movimento negro, reunidas pelo Centro de Referência Afro-brasileiro. A primeira etapa do Museu de Percurso do Negro, concluída no ano de 2011, foi realizada por diversas entidades, sob a coordenação gestora do Grupo de Trabalho Angola Janga. Nessa etapa o Museu fazia parte do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura (MinC), executado com recursos da União, de estados e de municípios, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cooperação do

⁴⁴ Disponível em: <<http://museudepercursodonegroempuertoalegre.blogspot.com/>> Acesso em: 10 nov. 2018.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da UNESCO. Na primeira etapa foram executadas as obras de arte Tambor e Pegada Africana. A terceira etapa foi protagonizada pela Congregação em Defesa das Religiões Afrobrasileiras - CEDRAB RS, e contou com recursos da Prefeitura de Porto Alegre para a execução da obra de arte Bará do Mercado. A realização da quarta etapa conta com recursos oriundos do Prêmio Funarte de Arte Negra / MinC-Seppir, e inclui a execução da obra de arte pública Painel Afrobrasileiro, além da formação de jovens monitores do Quilombo do Areal e o lançamento de um catálogo.

O Percurso do negro em Porto Alegre

O percurso visual em processo de execução evoca a presença, a memória, o protagonismo social e cultural dos africanos e descendentes no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, cuja pesquisa histórico-antropológica indicou os lugares vivenciados pelos negros, a fim de elaborar objetos de arte representativos, como no Cais do Porto e antigos Ancoradouros; no Mercado Público e seu entorno; no Largo da Quitanda (Praça da Alfândega); no Pelourinho (Igreja das Dores); no Largo da Forca (Praça Brigadeiro Sampaio) e Esquina do Zaire (Av. Borges de Medeiros com Rua da Praia). No entorno, a partir das redes de relações sociais dos negos cativos e livres, temos a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, o Mercado Público e a Santa Casa de Misericórdia, a Colônia África e o Areal da Baronesa.

Obras de Arte no espaço público

Ainda no ano de 2009, o Projeto Monumenta reuniu um grupo de artistas para representar esteticamente os percursos sociais, históricos e culturais criados, mantidos e preservados pelos africanos e descendentes negros na cidade. Os artistas participam das oficinas sobre a História e a Arte Africana, a cultura negra, a arte afrobrasileira ou negro-brasileira, para criar propostas artísticas, a fim de expressar uma estética através de marcos representativos. Na primeira etapa do projeto, os artistas tiveram como embasamento a pesquisa histórico-antropológica, realizada pelo antropólogo Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior, somada aos

saberes artísticos de matriz africana acerca das raízes históricas e da ancestralidade religiosa afrobrasileira por parte do grupo de artistas. Inicialmente foram desenvolvidas diversas oficinas de criação para a elaboração de propostas de marcos representativos da cultura negra, em Porto Alegre.

❖ Painel Afrobrasileiro

Figura 105: Painel afrobrasileiro



Fonte: Museu do Percurso do Negro

Título: Painel Afrobrasileiro
 Local : Largo Glênio Peres
 Concepção: Pelópidas Thebano
 Execução : Vinicius Vieira
 Técnica: Mosaico Cerâmico
 Inauguração: 20 De Novembro De 2014

❖ Bará do Mercado

Figura 106: Bará do Mercado



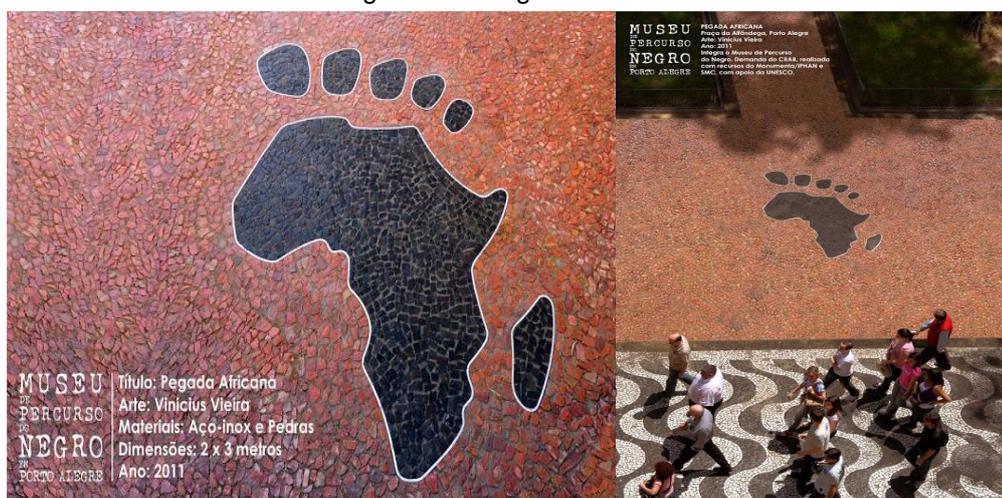
Fonte: Museu do Percurso do Negro/Mosaico
 edição da autora

Título: Bará Do Mercado
 Local: Mercado Público
 Concepção: Leandro Machado E Pelópidas Thebano
 Execução: Leonardo Posenato, Vilmar Santos E Vinicius Vieira
 Idealização: Mãe Norinha De Oxalá
 Materiais: Bronze E Pedras
 Ano: 2013

O Mercado Público faz parte dos “caminhos invisíveis dos negros em Porto Alegre”, e sua importância deve-se a preservação e culto ao Orixá Bará Agelu Olodiá assentado no centro do prédio. O Bará é, dentro do panteão africano, a entidade que abre os bons caminhos, o guardião das casas e da cidade, e representa o trabalho e a fartura. Os religiosos de matriz africana e frequentadores acreditam na força do axé do orixá, que garantiu a sobrevivência e a prosperidade do mercado ao longo de seus 244 anos, dando fartura aos transeuntes que passam no local e fazem seus pedidos. Os africanistas e simpatizantes, ao fazerem seus pedidos de abertura dos caminhos na terra para a fartura de comida na mesa e de prosperidade na vida ao Bará, jogam sete moedas, como certos da sua proteção. Com o passar do tempo, somam-se os testemunhos de pessoas que agradecem pelo pedido alcançado ao Bará do Mercado Público. O Orixá Bará é reverenciado por toda a comunidade de matriz africana no Estado.

❖ Pegada Africana

Figura 107: Pegada Africana



Fonte: Museu do Percurso do Negro

Título: Pegada Africana
 Local : Praça Da Alfândega
 Arte : Vinicius Vieira
 Materiais : Aço-Inox E Pedras
 Ano: 2011

Com méritos de nova inclusão, a manifestação visível da “Pegada Africana” afirma a Praça da Alfândega como um dos lugares de existência do Museu de Percurso do Negro. Na praça, antigo Largo das Quitandeiras, raízes históricas adquirem nova visibilidade na forma de continente africano, concebida a partir de uma linha formada por sinuosos movimentos de matriz orgânica. Vinicius Vieira apresenta um desenho contemporâneo, modelado em aço, que envolve e ressignifica as pedras portuguesas do local, simbolizando a concretização de políticas públicas que resultaram da luta histórica por reconhecimento das culturas étnicas.

❖ Tambor

Figura 108: Tambor



Fonte: Museu do Percurso do Negro

Praça Brigadeiro Sampaio, Porto Alegre
 Arte: Gutê, Leandro Machado, Elaine, Mattos, Pelópidas Thebano E Xaplin.
 Material: Concreto Armado
 Dimensões: 1,2 X 2,75m
 Ano: 2010

Concebido coletivamente, nasceu dos debates entre artistas e griôs (guardiões da memória), acompanhados com expectativa pelo movimento negro. O tambor, por certo o único instrumento que tocado por um ou por muitos comunica a alma do todo, é amarelo porque Oxum assim o quis. Apresenta 12 figuras que repercutem a trajetória de um povo: dor, alegria, luta e perseverança.